

**ATA N.º 3/2024**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 21 DE JUNHO DE 2024**

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, no teatro Miguel Franco reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes os seguintes deputados:

1. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
2. Adriano Barbeiro Neto;
3. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
4. António Ferreira Pereira de Melo;
5. Artur Rogério de Jesus Santos;
6. Carlos Alberto Garcia Poço;
7. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
8. Céline Moreira Gaspar;
9. Cristiana Duarte Pinto;
10. Eugénia Maria de Jesus Costa;
11. Fábio Micael Costa Bernardino;
12. Fernando Paulo Mateus Elias;
13. Helena Cristina da Fonseca Brites;
14. Hugo Miguel Heleno Morgado;
15. Joana Maria de Brito Cartaxo;
16. José Artur das Neves Ferreira;
17. José da Silva Alves;
18. José Manuel da Cunha;
19. Luís Manuel Coelho Prata;
20. Luís Paulo Pereira Fernandes;
21. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
22. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
23. Manuel Oliveira Carreira;
24. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Seródio;
25. Mário de Sousa Gomes;

26. Mário João Ley Garcia;
27. Mário Rodrigues;
28. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
29. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
30. Olga Sofia Gomes Marques;
31. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
32. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
33. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
34. Paulo Pedrosa Pedro;
35. Pedro António Amado da Assunção;
36. Raul Testa Fortunato Faustino;
37. Sofia da Silva Francisco;
38. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
39. Telmo Filipe Moreira Marques;
40. Tiago António Leal Duarte;
41. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
42. Tiago Miguel Gago dos Santos;
43. Vítor Manuel Casimiro de Matos.

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- Abel de Oliveira Vieira (PS), substituído por Ana Carla Marques Pereira Gomes;
- José Carlos Matias (UF Parceiros e Azoia), substituído por José Manuel Vieira Fernandes;
- Júlio Paulo Videira de Jesus (PS), substituído por Ricardo José Cordeiro Abreu;
- M<sup>a</sup> Margarida Guarda Verdades de Sá (PSD), substituída por Hilário Pereira Estrada;

- Sandro Miguel Monteiro Ferreira (UF Souto Carpalhosa e Ortigosa), substituído por Pedro Lopes João (Secretário);

Faltou o senhor deputado António Lacerda Sales tendo o mesmo justificado a sua ausência.

Faltou o senhor deputado Renato José dos Santos Cruz.

Faltou a senhora deputada Tânia Andreia Cardoso Rodrigues que tinha sido convocada na sequência do pedido de substituição da senhora deputada Telma Carreira Curado.

A sessão foi presidida por **José da Silva Alves, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal**, e secretariada por **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, em substituição do 1.º Secretário da Mesa, e pelo deputado Fernando Paulo Mateus Elias, em substituição da 2.ª Secretária da Mesa.**

Havendo “quórum”, foi pelo Presidente em exercício declarada aberta a sessão, eram **21h08** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**
- 2. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2023 - Apreciação, discussão e votação;**
- 3. IX Modificação ao Orçamento Municipal para o ano de 2024 - Apreciação, discussão e votação;**
- 4. Recrutamento de titular de cargo dirigente de unidade orgânica que integra a nova estrutura organizativa dos Serviços do Município de Leiria - Abertura de procedimento concursal - Apreciação, discussão e votação;**
- 5. 1ª Alteração à proposta de mapa de pessoal para 2024. Competências da Assembleia Municipal - Apreciação, discussão e votação;**
- 6. Aprovação do saldo de gerência de 2023- Modificação ao orçamento anual de exploração do TJLS-2024, que se traduz numa revisão orçamental, por introdução do saldo de gerência de 2023 - Apreciação, discussão e votação;**
- 7. Aquisição dos imóveis que constituem a “Quinta do Faria”, sítios entre os aglomerados urbanos do Vale da Catarino e Vale da Rosa, lugar de Caranguejeira, Freguesia da Caranguejeira, para o domínio privado do Município - Apreciação, discussão e votação;**
- 8. Proposta de criação da Polícia Municipal de Leiria e aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal de Leiria - Apreciação, discussão e votação;**



- 9. Projetos de Interesse Estratégico. Critérios para efeito de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse estratégico municipal no âmbito do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) - Apreciação, discussão e votação;**
- 10. Requalificação da Escola Básica 2º e 3º Ciclos D. Dinis- Leiria- Reescalamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros (T- 11/2020) / DLB nº 656/24 - Apreciação, discussão e votação;**
- 11. Alteração ao Regulamento do Concurso Internacional de Composição Musical de Leiria - Jazz e Música Erudita DLB N.º 593/24 - Apreciação, discussão e votação;**
- 12. Juntas de Freguesia:**
  - 12.1. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual Financeiro para despesas de capital - Freguesia de Maceira - Apreciação, discussão e votação;**
  - 12.2. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Financeiro Pontual para as sedes - União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista - Apreciação, discussão e votação;**
  - 12.3. Regulamento de Atribuição de Apoio às freguesias e União das freguesias do Concelho de Leiria- Atribuição de Apoio Financeiro Pontual para obras - União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista - Apreciação, discussão e votação;**
  - 12.4. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Junta de Freguesia de Coimbra no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Adenda nº1 - Apreciação, discussão e votação;**
  - 12.5. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bajouca no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº7 - Apreciação, discussão e votação;**
  - 12.6. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº11 - Apreciação, discussão e votação;**
  - 12.7. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no**

**âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº14** - Apreciação, discussão e votação;

**12.8. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Parceiros e Azoia no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº8** - Apreciação, discussão e votação;

**13. Planos de Pormenor:**

**13.1. Alteração por adaptação ao Plano de Pormenor de Arrabalde da Ponte. Atualização, por força da entrada em vigor dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** – Para conhecimento;

**13.2. Alteração por adaptação ao Plano de Pormenor de Santo Agostinho. Atualização, por força da entrada em vigor dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** - Para conhecimento;

**13.3. Alteração por adaptação ao Plano de Pormenor de São Romão/ Olhalvas. Atualização, por força da entrada em vigor dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** - Para conhecimento;

**13.4. Alteração por adaptação ao Plano Diretor Municipal de Leiria- Atualização, por força da entrada em vigor dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** - Para conhecimento;

\*\*\*\*\*

O **Presidente em exercício** a todos cumprimentou e deu início à sessão.

De seguida, referiu os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos.

O **Presidente em exercício** fez saber que existiam quatro atas referentes a sessões anteriores (que foram disponibilizadas a todos para leitura) para aprovação, submetendo à apreciação a **Ata 5.2023**, referente à sessão ordinária realizada no dia 17 de fevereiro de 2023, a **Ata nº 6/2023**, referente à sessão extraordinária realizada no dia 31 março de 2023, a **Ata nº 7/2023**, referente à sessão ordinária realizada no dia 26 abril 2023 e a **Ata nº 8/2023**, referente à sessão extraordinária realizada no dia 26 de maio de 2023.

Todas as atas foram **aprovadas por maioria**, com **1 abstenção**.

\*\*\*\* PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA \*\*\*\*

O **Presidente em exercício** iniciou este período referindo a existência de um voto de louvor apresentado pelo PS.

“A Assembleia Municipal congratula-se pela iniciativa levada a efeito pelo Município e pelos meios disponibilizados e aprova um voto de louvor a todos os intervenientes na elaboração e execução do programa designadamente à Comissão Executiva e nesta na pessoa do seu Presidente Dr. Acácio de Sousa, eleito por esta Assembleia, bem como um reconhecimento à Comissão Consultiva, representativa deste hemiciclo e de todas as forças políticas que o integram, sendo certo que dessa conjugação de vontades se dignificou tal efeméride como merecia e Leiria se distinguiu positivamente no panorama nacional.”

**Intervenção da deputada Joana Cartaxo – PCP**

**Transcrição:**

*“Boa noite, senhor Presidente em substituição do senhor Presidente na sua pessoa e no senhor Presidente da Câmara cumprimento todos os presentes aqui e também lá em casa. Não podíamos deixar de apreciar e de considerar até louvável esta, esta recomendação e, portanto, esta proposta porque, de facto, foi bastante positivo e bastante, bastante notório aquilo que se fez com grande qualidade e, portanto, os nossos parabéns também ao Doutor Acácio, Acácio de Sousa e a toda a equipa que nele participou e pensamos também que o facto, a grande adesão e a participação da população no desfile que houve pela 1ª vez, há muitos anos que não se via pela 1ª vez em Leiria, acho que foi, de facto, a prova de que estas comemorações foram muito bem feitas e foram, de facto, importantes para a população e é efetivamente importante continuarmos a reforçar a defesa dos valores de Abril. Muito obrigada a todos e muitos parabéns.”*

**Intervenção do deputado Carlos Poço - PSD**

**Transcrição:**

*Boa noite, senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes vereadores, Mesa, senhores deputados.*

*Em nome do PSD venho manifestar o nosso acordo ao voto de louvor porque é, de facto, merecido pela organização pela forma como como tudo foi tratado, a riqueza do programa, enfim, foi, de facto, um programa muito distinto, as pessoas tiveram um trabalho imenso, imaginamos pelo tipo de organização que é, os contactos que tiveram que fazer e as dificuldades naturais que devem ter encontrado portanto a Comissão merece, de facto, um voto de louvor, mas o PSD também quer deixar aqui a nota de que o orçamento foi excessivo, apesar de o termos votado, entendemos que não é com, com tanta despesa que se deve fazer a comemoração, poderiam ter optado por outras formas menos onerosas, naturalmente não tão ricas, mas uma coisa tem a ver com outra e nós estamos a referir àquilo que são os recursos disponibilizados pelo município para este evento sabemos também que o orçamento foi um, foi conhecido da Assembleia, aprovado pela Assembleia e juntaram-se uma série de eventos que estavam integrados na atividade normal do município e que vieram também enriquecer estas comemorações. No fundo, o meu, a minha*

*observação é que entendemos que os gastos foram excessivos, sem tirar mérito à organização que não posso deixar de sublinhar que foi muito bem organizado, foram atividades diversificadas e, de facto, comemoraram-se bem os 50 anos, mas talvez se devesse gastar menos recursos. Muito obrigado.”*

**Intervenção do deputado Manuel Azenha - BE**

**Transcrição:**

*“Senhor Presidente, senhor Presidente da Mesa permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes. É evidente que o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente este voto de louvor mais do que merecido. Dar os parabéns a toda a equipa e a quem encabeçou, especialmente ao Dr. Acácio de Sousa pois, efetivamente, tivemos um trabalho de uma qualidade excepcional seja o número das iniciativas que aconteceram e nesse sentido, como se costuma dizer, sem ovos não se fazem omeletes e penso que o orçamento aqui foi mais do que justificado porque a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril em Leiria destacaram-se de todas as outras que aconteceram no resto do país, isso tem um nome, volto a repetir. Dr. Acácio de Sousa que foi o maestro de toda esta organização e merece este voto de louvor, é bem mais do que merecido. Obrigado.”*

**Intervenção do deputado Acácio Sousa - PS**

**Transcrição:**

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício e na sua pessoa todos os deputados e deputadas municipais, assim como os srs e sr<sup>as</sup> presidentes de Juntas e Uniões de Freguesia*

*Senhor Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa os senhores e sr<sup>as</sup> vereadores Municipais presentes e online*

*Equipas de apoio, boa noite*

*Não vou votar neste ponto, por estar o meu nome indicado, apesar de pedir permissão ao sr presidente para estar presente em sala. Pedi a palavra, mesmo assim, por um lado, para agradecer à mesa e a quem sugeriu este voto, assim como as palavras amáveis dos srs deputados que me antecederam.*

*Soube desta proposta já esta semana, o que, confesso, me deixou pouco à vontade, como fico pouco à vontade ao pedir a palavra antes da votação, mas penso que, não votando eu, não poderei pedir a palavra depois.*

*Quando o sr presidente da Câmara, a sr<sup>a</sup> vereadora da Cultura e o sr presidente desta Assembleia me lançaram este desafio e a minha designação foi validada nesta Assembleia, foi-me sugerido que desenhasse um programa significativo face ao cinquentenário da Democracia, ambicioso e diferenciador. Eu e a equipa que constituiu a Comissão Executiva juntámos outros grandes objetivos, para que fosse um programa alargado à diversidade das sensibilidades verdadeiramente democráticas, apesar de eu saber que isto é discutível*

*em termos de retórica académica ou política, e que não ficasse fechado num nicho etário, apenas de lembranças, mas que fosse alargado do ponto de vista geracional, honrando a memória, mas trazendo as iniciativas para temas do presente e também motivadoras dos mais novos. Penso que isto foi, em termos gerais, conseguido.*

*Conforme está no relatório entregue e que os srs deputados municipais conhecem, com um "plafond" inicial, que foi levado à Comissão Consultiva, de 120 mil euros, os custos em 37 iniciativas ao longo de um ano e propostas diretamente pela Comissão Executiva, foi de 93.585 euros. Tivemos 7317 presenças nos momentos de apresentação das iniciativas, não contando aqui os milhares que as viram online ou as que ficaram abertas em espaço público. Se fizéssemos um "ratio" de custos por presença, veríamos que a responsabilidade social da autarquia, neste programa seria irrisória.*

*Sendo a Comissão Executiva um grupo de trabalho de mediadores, sem outras competências, isto foi conseguido com o apoio muito próximo da sra vereadora da Cultura para resoluções imediatas, precisamente, em situações para as quais a Comissão Executiva não tinha competências, mas também foram muito importantes as opiniões da Comissão Consultiva, onde estavam representadas todas as forças políticas com assento nesta Assembleia.*

*Naturalmente, houve outras colaborações. Nas equipas de colaboradores municipais, apesar de estarem a cumprir as suas funções em relação a um programa que era municipal, houve destaques e só não individualizo para não cair em injustiças de poder nomear uns e escaparem-me outros. Também tivemos o acompanhamento constante, dia a dia, da chefe de divisão de Museus e Património Cultural, Dr<sup>a</sup> Catarina Carvalho.*

*No entanto, porque estiveram "pro bono" sem se sentirem impedidos face às suas ocupações pessoais e profissionais, agradeço e refiro para ficar registado em ata os nomes daqueles a quem convidei para integrarem a Comissão Executiva: Paulo Clemente, Rosa Pedrosa, Sandra Campos e Mariana Violante."*

O **Presidente em exercício** colocou o voto de louvor à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. O deputado Acácio de Sousa não interveio na votação.

\*\*\*

O **Presidente em exercício** iniciou este período referindo a existência de uma moção apresentada pelo deputado Acácio Sousa – PS.

**Moção "Contra os aumentos dos tarifários aplicados ao Município pelas empresas Valorlis e ERSUC, no serviço multimunicipal de tratamento dos resíduos urbanos"**

Transcrição:

"Considerando que:



1. **O sistema de gestão de resíduos urbanos (SGRU) em alta nos territórios das regiões de Aveiro, Coimbra, Leiria e Médio Tejo, é assegurado pelas empresas participadas do Grupo EGF, S.A., em regime de monopólio legal.**

2. **A VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., foi criada a 6 de agosto de 1996, pelo Decreto-Lei 116/96, é uma empresa participada pela EGF – Empresa Geral de Fomento, S.A. (51%) e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós (49%, no conjunto dos municípios).**

3. **A ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A., que explora o Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro, foi constituída em 5 de setembro de 1996, pelo Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, tratando-se de uma sociedade anónima participada pela EGF – Empresa Geral de Fomento, S.A. – EGF- (em 51,46%) e pelos Municípios que compõem o sistema e outras duas sociedades (em 48,54%).**

4. **A EGF, anteriormente propriedade do Estado, foi adquirida (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55 -B/2014, de 19 de setembro) pela SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA, sociedade de direito português controlada conjuntamente pelos Grupos MotaEngil e Urbaser (da ACS – Actividades Construcción y Servicios, SA).**

5. **Todo o regime de atuação para o período regulatório de 2022-2024 é colocado em causa, tal como sucedeu no período regulatório imediatamente anterior de 2019-2021, pelo facto de a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (em diante, ERSAR) propor proveitos permitidos superiores ao proposto pelas próprias concessionárias, já por si bastante desfasados da realidade.**

6. **No que diz respeito à ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA, foram os municípios confrontados, para o período regulatório 2022-2024, com uma decisão de aumento colossal da tarifa de 160,3% em quatro anos, se compararmos a tarifa de 2024 (75,37 €/ton) com a tarifa de 2020 (28,96 €/ton)**

7. **Relativamente à VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., para o mesmo período, os aumentos fixados representam um acréscimo acumulado na ordem de 80% face à tarifa do período regulatório anterior, com uma tarifa fixada para 2024 de 59,14€/t, exigindo ainda aos municípios um aumento intercalar de mais 21€/t, fixando o valor a cobrar a cada município acima dos 80,00€/t, um montante inoportável e sem justificação razoável para a melhoria do serviço de tratamento dos resíduos sólidos.**

8. **Acresce que em ambas operações existem outras fontes de receita que a empresa EGF sistematicamente recusa a dinamizar, seja ao nível do incremento dos reciclados,**

da produção de energia ou mesmo na valorização de compostos que possam contribuir para a circularidade e rentabilidade da operação, reduzindo assim o valor das tarifas a suportar pelos municípios e cidadãos da região.

9. Esta preocupante situação já mereceu forte reação através de **posições públicas da Comunidade Intermunicipal e dos municípios da região de Leiria, mas até de outra região como Coimbra.**

- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Leiria, vem protestar sobre os sucessivos e injustificados aumentos tarifários cobrados aos municípios da região, e exige às empresas VALORLIS e ERSUC, ambas do grupo EGF, a responsabilidade de promover a gestão cuidada dos resíduos na região e orientada por princípios de equidade, circularidade e de razoabilidade no cumprimento das suas obrigações contratuais perante o Estado Português.

- Reclama ainda a intervenção do Regulador ERSAR e do Governo em funções, no sentido de apelar à reversão deste tipo de atuação monopolista, abusiva na fixação do tarifário e penalizante para os objetivos da sustentabilidade e circularidade dos resíduos urbanos.

- Deve ser remetida aos:

- Sr. 1º Ministro;
- Ministro do Ambiente;
- ERSAR;
- Grupos Parlamentares da A.R.;
- Comissão do Ambiente da A.R.;
- CIMRL.”

#### Intervenção do deputado **Acácio Sousa - PS**

##### Transcrição:

"Acácio Sousa, PS, novamente.

O sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos está entregue sobretudo ao grupo EGF em termos de monopólio legal. Isto envolve sobretudo a Valorlis e a ERSUC em que realmente os municípios da região têm uma parcela minoritária de cerca de 48, 49% numa e noutra por aí assim. Acontece que em 2014, portanto, estamos a falar em 2014 também é preciso ver, ter em atenção esta data, em 2014 a EGF e foi adquirida por um grupo privado, portanto, é um grupo privado que ficou realmente com maioria do capital e ultimamente tem-se assistido a um aumento de custos absolutamente inapropriado dos tarifários, No caso da ERSUC, de 2022 a 24 há um aumento colossal da tarifa em cerca de 160,3% e no caso da Valorlis um aumento para 24 de cerca de 80 euros, portanto, estamos a falar aqui num aumento de 80 euros, senhor Presidente, penso que é isso, não é? 80 euros a tonelada, 80 euros a tonelada, exatamente, é isto que dá. Isto foi já discutido em sede da assembleia intermunicipal onde foi aprovada uma moção, portanto, há um texto que acaba por ser idêntico, semelhante, não só aquilo que foi aprovado em termos

*assembleia intermunicipal como noutros municípios, assembleias municipais de outros municípios da região de Leiria, portanto, a CIMRL e também de Coimbra, Coimbra também está, está, portanto, há aqui, digamos, um peso, um peso das assembleias intermunicipais e municipais sobre estes aumentos exagerados, portanto, neste sentido a Assembleia Municipal de Leiria vem protestar sobre os sucessivos e injustificados aumentos de tarifários cobrados aos municípios da região, exigem às empresas Valorlis e ERSUC, ambas do grupo EGF, a responsabilidade de promover a gestão cuidada dos resíduos porque realmente há outras fontes de financiamento que não estão a ser acauteladas, a gestão cuidada dos resíduos na região e orientada por princípios de equidade, circularidade e razoabilidade no cumprimento das suas obrigações contratuais perante o Estado Português, reclamando ainda a intervenção do regulador ERSAR e do Governo em funções no sentido de apelar à reversão deste tipo de atuação monopolista e abusiva na fixação de tarifários e penalizante para os objetivos da sustentabilidade e da circularidade dos resíduos urbanos. Tenho dito.”*

**Intervenção da deputada Joana Cartaxo - PCP**

**Transcrição:**

*Boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.*

*De facto, nós vamos votar a favor, obviamente, concordamos plenamente com esta, com esta reivindicação, enfim, com esta situação e com aquilo que é exigido na moção, em todo o caso achamos que, enfim, a questão fundamental é a questão da privatização deste setor e aí, infelizmente, temos que apontar o dedo aos vários partidos, aos vários governos que tiveram a responsabilidade da privatização deste setor e consideramos importante também, até para combater este tipo de situações, que as câmaras, os municípios tenham uma participação nos centros de valorização de resíduos e temos casos de sucesso no país que é o caso da Lipor que sabemos que é gerida também pelos municípios e situações destas são muito mais controladas e não há este, este, enfim, o monopólio da gestão dos resíduos que é efetivamente como todos sabemos um negócio e, portanto, achamos que é, que é importante. Iremos votar a favor, no entanto, gostaríamos de realçar e reforçar também o apelo ao PS, neste caso ao PSD que está no Governo para reverter esta privatização deste setor tão importante para o país. Muito obrigado.”*

**Intervenção do deputado Manuel Azenha - BE**

**Transcrição:**

*Senhor Presidente, relativamente a esta moção eu já tive oportunidade de referir aqui numa das sessões anteriores todo o histórico da Valorlis, a questão da privatização, quem a levou a cabo, e à situação em que os municípios que fazem parte integrante da Valorlis se encontram neste momento com uma quota de 49% que não lhes permite tomar decisões sobre nada. Esta moção é importante e terá cada vez mais importância porque este é um assunto que convém não deixar cair no esquecimento porque é muito grave. Tem*

*influências e impacto no nosso orçamento, como já verificamos até na última, quando o orçamento para 2024 aqui foi aprovado, mas é importante também salientar aqui um ponto que é, esta moção deve ser apresentada como, e bem, ao Governo, pense que deveria também ser apresentada a todos os partidos políticos com representação na Assembleia da República porque apresentar esta moção à ERSAR é uma bocado chover no molhado porque a grande responsabilidade, a grande responsável por este aumento excessivo das tarifas é da Valorlis, A Valorlis está a suportar-se numa decisão da ERSAR que está a permitir este aumento completamente estapafúrdio, este aumento que não tem justificação possível, está alicerçada a Valorlis numa decisão, numa tomada de posição da ERSAR e tanto é que a câmara, e bem, juntamente com a câmara municipal de Coimbra estão nos tribunais administrativos a intentar ações no sentido de reverter esta posição, estas posições. O que acontece é que estas posições dificilmente serão revertidas através de um processo judicial e assim sendo parece-me que este assunto deverá ser levado não só ao Governo, mas a todos os partidos com assento na Assembleia da República para que o mesmo seja discutido e que seja denunciado porque o que se está a passar na ERSAR nós não sabemos e é tudo.”*

**Intervenção do deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA**

**Transcrição:**

*“Muito boa noite a todos, senhor Presidente em exercício, muito boa noite, cumprimentos, cumprimento o senhor Presidente do Executivo, Executivo, senhoras e senhores deputados municipais e a quem nos segue.*

*Ainda estava aqui refletir se, efetivamente, me pronunciava quanto a este assunto e com 2 meses e meio na Comissão de Ambiente e Energia ainda estamos, eu pelo menos ainda estou em fase de aprendizagem e a aprendizagem tem de ser contínua e constante. Deixo a recomendação ao Executivo seguindo também o conselho anterior do colega deputado que, efetivamente, pedir a todos os partidos, e à Comissão de Ambiente e Energia faz todo o sentido, ou a CIMRL ou mesmo o Executivo, estamos perante uma recomendação do partido que suporta este Executivo nesta câmara, faz todo o sentido também na Comissão de Ambiente e Energia, e isto porque ainda esta semana também tive na qualidade de deputado e de deputado nesta Comissão de Ambiente e Energia e o que eu vi é que a Sociedade Ponto Verde que está, que está a jusante da Valorlis e das outras empresas desde as ilhas até, até o território nacional e que, efetivamente, também se queixa que não estão o Governo, os Governos, neste caso os Governos, já não é só este Governo, o Governo anterior que também estão a proceder mal e também não há fundos e que o fundo ambiental também carece de verba para que seja distribuída aos municípios, para que os municípios possam ter verbas para depois poderem fazer investimentos na questão da separação seletiva dos biorresíduos e está tudo aqui a queixar-se do mesmo, o que é que*

*interessa aqui? Nós deputados precisamos de ter todos os dados, deputados municipais, também deputados na Assembleia da República e a minha sugestão é que, efetivamente, através da Assembleia Municipal ou o próprio Executivo ou a CIMRL que peçam uma reunião com caráter de urgência na Comissão de Ambiente e Energia para que objetivamente sejam o quanto antes escutados porque estes preços também sendo 60% não se compreendem quando a jusante temos a entidade que gere todo este, toda esta seletividade do lixo, entre aspas, diga-se assim resíduos e biorresíduos e diretivas da Comunidade Europeia a dizer que também está mal e que não consegue contribuir para o fundo ambiental. Obrigado”*

**Intervenção do Presidente em exercício**

**Transcrição:**

*“Muito obrigado, senhor deputado.*

*Eu só quero dizer-lhe que na CIMRL também foi aprovada uma moção idêntica por unanimidade abrangendo, naturalmente, os concelhos que integram a CIMRL.”*

**Intervenção do deputado Carlos Poço - PSD**

**Transcrição:**

*“Senhor Presidente, parece que agora já não vai explodir, pois não? Obrigado.*

*Senhor Presidente, esta, esta moção é pertinente, as questões estão bem explicadas salvo uma gralha, este aumento de 160% não foi em 3 anos, foi em 4, é uma mera gralha de preciosismo, mas fiquei na dúvida a quem é que este protesto público, que é público, depois é dirigido, isto é dirigido a quem? Qual é o efeito, a quem é que vamos dirigir esta, esta moção que admito que vai ser aprovada por larga maioria, pelo menos nós estamos de acordo com, com o propósito, isto é uma matéria que não, que não é da exclusiva competência do município, mas extravasa, temos uma entidade reguladora que é suposto ser reguladora e pelos vistos está a funcionar a favor de uma das partes de uma forma clara e expressa e esse é que é o verdadeiro problema porque se existisse uma entidade reguladora funcionar como tal este problema não existiria, mas nós também não podemos pressionar uma entidade independente que faz regulação, portanto, há aqui uma contradição, isto é para dizer, no meu ponto de vista, que isto é uma questão muito mais profunda, é uma questão que deve ser tratada no âmbito da Assembleia da República que é lá que estão os nossos representantes da nação porque se temos uma entidade independente reguladora que não está a funcionar é preciso olhar para ela e pô-la a funcionar. Como é independente o Governo não pode atuar sobre ela, quem é que pode? É o povo, é a Assembleia da República, portanto, era uma observação que eu fazia para pensarmos mais profundamente nesta questão que afeta muitos portugueses, muitos concelhos, muitos distritos e terá que ser posta nos carris e depois mais uma questão de preciosismo senhor autor desta moção, só também, é uma gralha, seguramente, quando o senhor refere que “intervenção do regulador ERSAR e do Governo em funções”, o Governo*

*é legítimo, está na sua plenitude de funções, não vale a pena dizer que está em funções, não sei se é provisória, se vai ser uma legislatura inteira, enfim, é o Governo da nação em pleno uso de funções. Muito obrigado.”*

**Intervenção do deputado Acácio Sousa - PS**

**Transcrição:**

*“De facto, há uma gralha que agradeço a chamada de atenção do senhor deputado Carlos Poço, portanto, é uma gralha que se emenda, uma, a outra depois não sei. Quanto aos destinatários da moção realmente poderá ficar clarificado que deve mandado à ERSAR como à Comunidade Intermunicipal também, mostrar à Comunidade Intermunicipal que tem aqui o apoio da Assembleia Municipal de Leiria, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro do Ambiente, aos Grupos Parlamentares e à Comissão de Ambiente da Assembleia da República, portanto, depois poderei passar esta nota por escrito.”*

O **Presidente em exercício** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**

\*\*\*\*\*

O **Presidente em exercício** continuou referindo a existência de uma moção apresentada pelo PS tendo dado a palavra ao deputado Raul Testa.

**“Moção pelo aumento da segurança rodoviária de peões no concelho de Leiria”**

**Transcrição:**

*“A segurança rodoviária dos peões é um tema complexo que exige uma abordagem abrangente que envolva diversos setores da sociedade.*

*Desde logo, a educação é um pilar fundamental na construção de uma cultura de segurança rodoviária. É crucial sensibilizar e educar cidadãos de todas as idades sobre os riscos associados ao trânsito e as boas práticas de condução, ciclismo e até como ser um melhor peão.*

*Os municípios têm a responsabilidade de promover a implementação de programas de educação rodoviária nas escolas e campanhas de sensibilização direcionadas para o público em geral, utilizando diversos meios de comunicação. Felizmente para nós, Leirienses, na última década, o Município de Leiria tem feito tudo isto muito bem. É uma estratégia a longo prazo e que demora a dar frutos, mas que, seguramente, os dará.*

*A segurança rodoviária transcende a mera questão de regras e regulamentos de trânsito, mas antes configura-se como um pilar fundamental para o bem-estar da sociedade, tendo impacto direto na saúde pública, na economia e no desenvolvimento social.*

*Acidentes de trânsito são uma das principais causas de morte e lesões graves em todo o mundo, ceifando vidas, deixando sequelas físicas e psicológicas irreversíveis e gerando um sofrimento impossível de medir para famílias e amigos das vítimas. Para além do custo*

*humano que estes acidentes têm, há impactos económicos elevados, custos com hospitalizações, reabilitação, perda de produtividade e danos materiais representam um montante considerável que poderia ser direcionado para outras áreas essenciais, como educação, saúde e infraestrutura.*

*Investir em segurança rodoviária é, portanto, um investimento na vida, na saúde e no bem-estar da sociedade e ainda na poupança dos nossos impostos. As medidas para garantir a segurança nas vias públicas geram retornos positivos a longo prazo, tanto em termos da redução de custos com acidentes, quanto da melhoria da qualidade de vida da população. Segundo informação que a Câmara me fez chegar, o Município de Leiria está a investir cerca de 200 mil euros em procedimentos já adjudicados para pinturas de passadeiras e slurry-seal (piso vermelho de aproximação a passadeiras) e vai ser agora lançado um concurso de 50 mil euros para passadeiras inteligentes. É notório que tem havido um investimento em passadeiras mais inclusivas com rebaixamento de passeios e piso táctil para os invisuais; têm sido colocados sinais luminosos de passadeira em locais identificados como mais perigosos, colocação de piso vermelho super-aderente em cada vez mais passadeiras para melhorar os tempos de travagem e alertar os condutores para a existência das mesmas passadeiras. Para além disso, a Câmara tem criado múltiplas passadeiras elevadas, disciplinando a velocidade com que todos os veículos circulam. É uma medida pouco popular junto de quem conduz, mas é eficaz para proteger todos os cidadãos.*

*No que toca a medidas de acalmia do tráfego automóvel, há muitas medidas de redução da velocidade como a implementação de lombas, semáforos de velocidade e criação de zonas de velocidade muito reduzida que o município pode lançar mão e que sabemos que o tem feito nos últimos anos com o vereador Carlos Palheira.*

*No entanto, a segurança rodoviária é uma responsabilidade de todos nós. Governo, Municípios, Autoridades de Trânsito, Organizações Não-Governamentais, Empresas, Escolas e Cidadãos devem trabalhar em conjunto para criar um ambiente rodoviário mais seguro. Através da educação, investimento em medidas de acalmia de tráfego, fiscalização rigorosa e utilização de novas tecnologias de segurança, podemos construir um futuro com menos acidentes e mortes nas nossas estradas.*

*Assim, face ao exposto e considerando que:*

- No início deste mês, uma sondagem numa conhecida rede social, no Grupo Leiria, em apenas dois dias, teve a participação de mais de 2000 cidadãos que identificaram cerca de 30 locais como situações muito urgentes de resolver com medidas de acalmia de tráfego.*
- São os principais locais identificados pelos munícipes a Estrada da Estação entre a rotunda dos Lions e a Estação; a passadeira em frente à sede social do GRAP, nos Pousos; toda a Estrada entre as Cortes e Leiria; a Rua do Arrabalde da Ponte na passadeira junto à Taberna do Anastácio; a Rua da Malaposta; a Rua Anzebino da Cruz Saraiva; Rua Campos do Lis no*

*cruzamento entre a linha do comboio e a estrada dos Barreiros; Rua Paulo VI; Rua José Marques da Cruz na passadeira em frente ao EB1/JI da Cruz d'Areia; Estrada Chainça-Leiria; Rua de São Miguel na passadeira em frente ao IIEFP; Rua João XXI na passadeira em frente à Escola Branca; Av. Francisco Sá Carneiro; cruzamento entre a Rua de S. Martinho e a Rua da Maligueira; Cruzamento entre a Rua Escritor Manuel Ferreira e a Rua da Sardoia na passadeira em frente à EB1 da Gândara dos Olivais;*

*A Assembleia Municipal de Leiria, em sessão ordinária no dia 21 de junho de 2024, aprova a presente moção no sentido de:*

- Recomendar ao executivo municipal a resolução das situações identificadas pelos munícipes através da criação de medidas de acalmia de tráfego.*
- Recomendar ao executivo municipal a identificação de mais situações que careçam de resolução urgente.*
- Pedir às autoridades competentes que façam um controlo mais apertado das altas velocidades em espaço urbano."*

**Intervenção do senhor deputado Raul Testa – PS**

**Transcrição:**

*"Sintam-se todos cumprimentados por igual medida.*

*Senhores deputados, em 1º lugar a segurança rodoviária é uma responsabilidade de todos nós não é apenas do Governo, dos municípios, das autoridades de trânsito, de organizações não-governamentais, empresas, escolas, mas sim de todos nós cidadãos. É que somos nós que conduzimos os automóveis em velocidade excessiva, somos nós que estacionamos em cima dos passeios, somos nós que ignoramos propositadamente os sinais de trânsito. O problema começa em nós e deve terminar connosco. É que estes comportamentos dos cidadãos que conduzem nas nossas estradas geram menor segurança rodoviária ou, por vezes, a simples sensação disso mesmo e isso, por sua vez, cria uma normalização da ideia de que os automóveis têm maior direito à utilização da via pública quando isso é tudo menos verdade. Senhores deputados, esta moção surge de uma sondagem que eu próprio fiz no grupo "Leiria", de Facebook, e esse grupo tem mais de 70 mil cidadãos e foram estes cidadãos que escolheram as ruas que constam desta moção e onde se sentem menos seguros. Eu conversei com a câmara que me mostrou o trabalho que tem feito nestas vias e noutras vias que é bastante contundente e, portanto, espero que aprovem esta moção. Obrigado."*

**Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino - PSD**

**Transcrição:**

*"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal em substituição e Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, permita que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e os que assistem online.*

*No que diz respeito a esta moção, de uma forma genérica e relativamente às propostas finais consideramos que é uma moção meritória, no entanto existem algumas considerações que não podíamos deixar de fazer.*

*É certo que a segurança rodoviária é em parte responsabilidade dos condutores, peões e ciclistas, mas não é menos verdade que o Município tem uma grande obrigação em atuar nestas questões de segurança e tem obrigação de mitigar os potenciais riscos para os cidadãos que utilizem as vias do Município.*

*E nisso, ao contrário do que é dito no preambulo desta moção, o trabalho realizado por este Executivo deixa muito a desejar e podia ter sido feito mais neste sentido.*

*Falar de acidentes de trânsito como sendo uma das principais causas de morte e lesões e depois tentar demonstrar que o Município muito tem feito nesta área, é no mínimo tentar desviar a atenção da realidade.*

*Existem "pontos negros" identificados há anos, como por ex. o cruzamento da N. 242 com a estrada da Barosa, que é uma situação onde existe um perigo diário e está há anos para resolver, onde foi prometida uma rotunda, mas que ainda não avançou para essa solução porque foi colocado em cima da mesa o interesse dos privados ao invés do interesse de todos nós.*

*Outro ex. são as ciclovias idealizadas pelo Município que continuam a não ter as condições necessárias para se quer ser chamada de ciclovia, onde apenas se pintou uma linha no alcatrão e pouco se pensou na segurança dos ciclistas.*

*Relativamente à sondagem, embora seja meritório este tipo de manifestação popular através das redes sociais, o resultado desta sondagem, obtidas sem qualquer base científica não podem ser consideradas mais do que meras opiniões, pelo que o somatório das mesmas não deveria servir para uma tomada de decisão. Poderá sim, servir para que o Executivo estude estas situações identificadas para depois tomar decisões sobre quais as melhores medidas a tomar.*

*Exemplo do que referi anteriormente é o pedido dos participantes na sondagem que pedem para colocar lombas e outras medidas de acalmia de trânsito um pouco por todo o lado. Aqui recorro as palavras de um ex-presidente de junta aqui presente que em resposta ao pedido de uma freguesia respondeu que "nós não podemos andar a colocar lombas em todas as ruas que nos pedem, até porque toda a gente quer lombas à frente das suas portas, mas depois querem estradas boas para andar à vontade no resto das estradas".*

*Ainda que o nosso voto não seja favorável, deixamos algumas recomendações, nomeadamente:*

*Em vez de "Recomendar ao executivo municipal a resolução das situações identificadas pelos munícipes através da criação de medidas de acalmia de tráfego" deve-se ler*

*"Recomendar ao executivo municipal o estudo das situações identificadas pelos munícipes para tomar as medidas de acalmia de tráfego mais adequadas para cada caso.*

*Para concluir, na nossa opinião, este assunto carece de um outro tipo de discussão e de um outro tipo de estudo mais aprofundado e integrado num plano mais alargado de mobilidade. Obrigado."*

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP**

**Transcrição:**

*"Boa noite, novamente.*

*Nós vamos, de facto, votar a favor desta moção pela qual, obviamente, estamos plenamente de acordo com a preocupação e com aquilo que tem em termos de situações que, enfim, os munícipes denunciaram através do Facebook, pelo que eu percebi, mas em todo o caso penso que existem muitos mais casos que nós todos sabemos e que já nós próprios viemos aqui falar e que carecem urgentemente desta, desta questão. A única coisa que queríamos também aqui dizer é que não aceitamos nesta moção que a responsabilidade seja metida no mesmo plano dos, portanto, dos cidadãos individualmente e das entidades que são competentes e que têm a obrigação de garantir esta, esta segurança rodoviária e, portanto, isso não aceitamos aqui nesta, nesta moção e não concordamos embora, como digo, vamos votar a favor e também achamos que em termos de, enfim, de formulação desta moção não percebemos muito bem porque, de facto, aquilo, as reivindicações que se propõe a esta Assembleia não batem certo com aquilo que está descrito depois nos considerandos, não é? Portanto, não bate a bota com a perdigota, na verdade, portanto, há trabalho urgente a fazer, e muito, eu volto aqui a referenciar o acesso à escola Correia Mateus, que continua sem um acesso adequado para os estudantes e para os alunos que lá, enfim, para toda a comunidade escolar daquela escola. Volto também aqui e já agora também gostava de perguntar o que é que está previsto para o parque escolar dos Marrazes, se existe também uma situação estudada para este acesso rodoviário em segurança e a passagem pedonal dos Parceiros que continuamos sem, sem a passagem em segurança, continuamos a ver pessoas a andar, portanto, na rotunda perigosíssima e continuamos sem este problema resolvido e, portanto, achamos que há aqui situações urgentes que não carecem e que não são necessárias de fazer questionários online ou no Facebook porque são tão evidentes, já fomos aqui tantas vezes, já viemos aqui tantas vezes apresentar e temos pena, de facto que a Câmara Municipal continua a assobiar para o lado para estas nossas recomendações. Muito obrigada."*

**Intervenção do senhor deputado Carlos Poço - PSD**

**Transcrição:**

*"Senhor Presidente, eu quando recebi esta moção tive que a ler, pelo menos o cabeçalho e o autor, 2 ou 3 vezes para confirmar que era uma moção do Partido Socialista e era*

*subscrita por um deputado do Partido Socialista a fazer uma recomendação ao Executivo e fiquei na dúvida, será que agora o Partido Socialista já não fala com o Executivo? Será que agora já não há diálogo, será que é preciso isto vir pela via da Assembleia, usar o palco da Assembleia para haver comunicação entre o Partido Socialista? É que já assistimos aqui várias vezes a deputados do Partido Socialista virem aqui a este palco anunciar medidas que o Governo, perdão, que o Executivo estava a preparar e que ia, e que iria colocar a curto prazo, portanto, estou surpreendido, estamos surpreendidos porque é que é necessária uma moção do Partido Socialista para o Executivo maioritariamente socialista e que devia coordenar as ações políticas, essa foi a 1ª surpresa. Depois, chegamos ao fim e lemos 1º recomendar ao Executivo, 2º recomendar ao Executivo, mas nós poderemos fazer essa ligação, temos boas relações com o Partido Socialista e com o Presidente da Câmara podemos facilitar essa, essa ligação e a 3ª questão é pedir às autoridades competentes para que façam o seu trabalho, por amor de Deus, mas quem são estas autoridades competentes? É a polícia? É a GNR? Quem é, mas vamos pedir, olhe, façam favor de cumprir o vosso papel, não estamos de acordo com esta forma de funcionar aqui em democracia, nós estamos aqui para defender os interesses das populações, exigir aquilo que temos direito de exigir, fazer cumprir e recomendar quem não está no Executivo. Nós temos lá os nossos representantes, também são portadores dos nossos anseios, portanto, era, era bom que se ficasse clarificado qual é a ação concreta que vai sair desta, desta moção. Muito obrigado.”*

**Intervenção do deputado Raul Testa - PS**

**Transcrição:**

*“Antes de mais queria falar sobre a intervenção do deputado Fábio Bernardino, nós, naturalmente, faremos essa correção que o deputado Fábio mencionou, parece-me correto. Relativamente à intervenção do deputado Carlos Poço queria apenas dizer que nós, de facto, nós conversamos muito com o Executivo, aliás, diz lá na moção que nós conversámos com o município e que o município nos facultou dados e, portanto, há uma articulação todas as semanas, todos os dias com o Executivo sobre todas as matérias, incluindo, incluindo sobre esta, naturalmente a bancada do Partido Socialista serve para alertar para algumas situações, não é? Não precisamos de alertar simplesmente em portas fechadas, nós não estamos cá só para vir apresentar medidas como você disse do, do município, portanto, esta situação. Nós, naturalmente conversamos com o nosso, com o nosso Executivo eleito pelo Partido Socialista, mas estamos cá também para alertar e este é, de facto, um alerta.”*

**Intervenção do Presidente em exercício**

**Transcrição:**

*“Obrigado, senhor deputado.*

*Agora, face ao que se passa na Assembleia da República não sei muito bem se os tratamentos podem ser por tu, por aqui ou por ali, mas de todo o modo, pronto, senhor deputado fica bem. Vamos passar à votação.”*

O senhor **Presidente em exercício** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com **37 votos a favor** (30-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-PCP, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA) e **11 abstenções** (9-PSD, 1-IL, 1-Independente).

\*\*\*

O senhor **Presidente em exercício** continuou referindo a existência de uma moção apresentada pelo PS tendo dado a palavra ao deputado Paulo Pedro.

### **“Moção Rede de fibra ótica na praia do Pedrógão”**

#### Transcrição:

*“Na Praia do Pedrógão, os tempos em que a sazonalidade imperava têm, paulatinamente, ficado para trás. Atualmente, dos 1500 fogos existentes, cerca de metade estão ocupados a tempo inteiro, tendo a localidade muito mais vida, independentemente da estação do ano.*

*É crescente a opção pela única estância balnear do concelho de Leiria para primeira habitação. E entre os novos moradores, aqueles cuja ocupação laboral se dá em teletrabalho também não para de aumentar. A internet fibra é, pois, um bem de absoluta primeira necessidade para estes novos habitantes. Contudo, tarda em chegar.*

*Aquela localidade da freguesia do Coimbrão situa-se numa denominada zona branca. Ou seja, a rede de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada pura e simplesmente não existe. É, de resto, a única do concelho de Leiria nesta situação, com os efeitos nefastos no tecido económico e social daí advindos.*

*Trata-se, como é bom de ver, de uma situação insustentável, que afeta vários locais do país já de si mais isolados. Tanto assim é que está aberto um concurso público internacional para a implantação da rede nas diversas zonas brancas existentes no país. Dividida em sete lotes geográficos, abrange cerca de 417.000 casas, em mais de 2000 freguesias, num investimento previsto de mais de 400 milhões de euros.*

*Reconhecemos que a Câmara Municipal de Leiria tem realizado reuniões com os moradores da Praia do Pedrógão para ouvir as suas preocupações e informar sobre as diligências tomadas para proteger os interesses da população.*

*Desde 2022, a Câmara Municipal de Leiria tem mantido reuniões com diversos operadores, procurando resolver esta desigualdade que prejudica a Praia do Pedrógão. Um acordo foi estabelecido com um dos operadores, condicionando o investimento à demonstração de interesse da população no serviço, o que foi facilmente comprovado em articulação com a Junta de Freguesia do Coimbrão,*

resultando numa extensa lista de interessados. Esta abordagem foi decisiva para resolver um problema semelhante na localidade da Memória. Solicitamos que a Câmara Municipal continue vigilante e assertiva para que a questão da Praia do Pedrógão seja resolvida com eficiência e rapidez.

Assim, a Assembleia Municipal de Leiria exige às entidades responsáveis pelo referido concurso, nomeadamente o Ministério das Infraestruturas e Habitação e a ANACOM, que cumpram os prazos estabelecidos e instiguem os operadores escolhidos a iniciar a implementação nas zonas mais populosas e prioritárias, como é o caso da Praia do Pedrógão.

#### Intervenção do deputado **Paulo Pedro - PS**

##### Transcrição:

"Boa noite a todos.

Muito rapidamente, uma vez que a moção foi distribuída, só para vos dizer que no nosso concelho existe uma chamada "zona branca", uma zona que não tem a rede de fibra ótica distribuída com todos os constrangimentos que isso traz. Dizer-vos também que no passado, penso que foi no ano passado, foi lançado um concurso público internacional para acabar com estas zonas brancas. Este concurso foi pensado muito no interior, aliás, há coisas escritas que dizem "territórios do interior", corrigir assimetrias territoriais com foco no interior. Neste caso específico a praia do Pedrógão não é interior e permanece nesta situação. Também sabemos que o despoletar deste concurso internacional provavelmente nos veio atrasar o processo. A câmara estava bem encaminhada em negociações com os, com alguns operadores e provavelmente se não tivesse havido concurso nós estaríamos, se calhar, já hoje com o problema resolvido assim como o caso do lugar da Memória que ficou resolvido antes disso. Por isso, disponibilizo-me para alguma dúvida, mas penso que como foi distribuída não vale a pena perder muito mais tempo com, com esta introdução. Obrigado."

O **Presidente em exercício** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.

\*\*\*

O senhor **Presidente em exercício** continuou referindo a existência de uma moção apresentada pelo PCP tendo dado a palavra à senhora deputada Joana Cartaxo.

#### **Moção "Para avançar com as obras de modernização e eletrificação da Linha do Oeste"**

##### Intervenção da deputada **Joana Cartaxo - PCP**

##### Transcrição:

*"Então, portanto, nós apresentamos esta moção e eu passo a ler porque, de facto, e pedimos desculpa por não termos conseguido enviar mais cedo e, portanto, como não distribuí, não foi distribuído no tempo, portanto, ideal para toda a gente poder ler e também para lá em casa terem informação.*

*Considerando, portanto, a moção é para avançar com as obras de modernização e eletrificação da linha do Oeste. Considerando que as obras de modernização da linha do Oeste estão em curso no troço entre Meleças e Caldas da Rainha, porém, com tantas vicissitudes que os andamentos, que os adiamentos da conclusão das obras sucedem uns aos outros, mesmo como agora que não assumidamente, já houve promessas para a sua conclusão em 2022 e 2023 que não foram cumpridas, também ao ritmo a que se desenvolvem as obras também não serão concluídas em 2024 ficando mais uma data avançada por cumprir, para além dos atrasos nesta empreitada ainda não foi feita a adjudicação para a modernização e eletrificação do troço entre as Caldas da Rainha e o Louriçal, o que serve diretamente Leiria e cujas obras já deveriam estar em curso, as obras entre as Caldas da Rainha e Louriçal continuam sem sair do papel acumulando uma sucessão de atrasos que prejudicam as populações e o desenvolvimento do concelho e do distrito de Leiria. Há um ano a Infraestruturas de Portugal pela voz de altos responsáveis afirmou que toda a documentação estava preparada e que numa questão de semanas o concurso seria lançado acrescentando que a linha seria incluída na rede transeuropeia de transporte e por último que Monte Redondo, apesar de muitas alterações e atrasos no processo vai no futuro acolher o parque empresarial e já hoje conta no seu território com empresas dinâmicas e geradoras de emprego tendo todo o sentido de voltar a ser servida pelo caminho de ferro, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária de 21 de junho de 2024 delibera:*

- 1. Exigir à Infraestruturas de Portugal, aos Ministros das Infraestruturas e habitação e Adjunto e da Coesão Territorial e o Primeiro-Ministro que envidem todos os esforços para acelerar as obras no troço entre Meleças e Caldas da Rainha e para lançar o concurso para o troço entre Caldas da Rainha e Louriçal, o que pressupõe a escolha do local para a nova estação de Leiria;*
- 2. Reivindicar à Infraestruturas de Portugal, a avaliação, em articulação com o Município de Leiria, da reabertura da estação de caminho de ferro de Monte Redondo.*

*Muito obrigada."*

**Intervenção da Presidente da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira – Céline Gaspar**

Transcrição:

*"Boa noite.*

*Permitam-me que na pessoa do senhor Presidente em funções cumprimente todos os presentes e todos os que nos acompanham lá em casa.*

*Em 1º lugar, votarei favoravelmente e votaremos na, na mesa do Partido Socialista. No entanto, queria só esclarecer duas questões, a estação de Monte Redondo está fechada, efetivamente, mas é possível utilizar e apanhar o comboio, portanto, não está completamente vedada essa circunstância. Na moção não fica muito claro e queria só dar essa informação e também acho que não acrescenta à moção nem será favorável para quem avalia a frase "apesar de muitas alterações e atrasos no processo relativamente ao parque empresarial," portanto, acho que aqui não acrescenta, digamos que não valoriza a vontade de se querer abrir se falarmos de problemas do passado, portanto, sou, sou favorável, votarei favoravelmente, mas se esta frase pudesse não constar acho que seria mais vantajoso para nós que estamos a fazer uma reivindicação no avançar e é só. Muito obrigada."*

O senhor **Presidente em exercício** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com **37 votos a favor** (30-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-PCP, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA) e **11 abstenções** (9-PSD, 1-IL, 1-Independente).

#### Intervenção do deputado **Carlos Poco - PSD**

##### Transcrição:

*"Senhor Presidente, hoje temos, salvo erro, 4 moções para discutir e votar e os tempos são sempre os mesmos, portanto, se tivéssemos 10 moções como é que seria o critério dos tempos? Se tivéssemos uma eram os mesmos tempos? Como é que vamos tratar deste tema? (**Presidente em exercício** – Os tempos são os que estão no anexo ao Regimento) Quer sejam 4, quer sejam 10 moções ou 15? (**Presidente em exercício** – Sim, o PS tem 19 minutos ou não sei quantos é que são, por exemplo, por exemplo, gasta os 19 minutos, acabou. Seja uma moção ou sejam 14, ou seja, o tempo é o tempo que está regimentalmente previsto.) Muito obrigado, senhor Presidente.*

\*\*\*

O senhor **Presidente em exercício** continuou referindo a existência de uma recomendação apresentada pelo PS tendo dado a palavra ao deputado Ricardo Abreu.

#### **Recomendação "Campanha pedagógica de sensibilização no âmbito do projeto "Leiria+ Verde"**

##### Transcrição:

*"A Câmara Municipal de Leiria iniciou em 2024 o projeto "Leiria + Verde", com vista à separação e recolha seletiva de biorresíduos para posterior tratamento e valorização, encontrando-se atualmente a ser implementado em Leiria, Marrazes e Parceiros. O projeto prevê, numa primeira fase, abranger 14200 residências, através da disponibilização*

*gratuita de baldes de 7 litros e a colocação estratégica de contentores de 500 litros em vários pontos da cidade para o depósito desses biorresíduos, e 100 estabelecimentos de restauração, estando prevista a sua extensão gradual a todo o território do concelho de Leiria até 2030 com a ambição de desviar quase 3 mil toneladas de resíduos de aterro, refletindo-se na diminuição das tarifas anuais de resíduos urbanos para os munícipes. Nos primeiros três meses de 2024, foram já recolhidas e encaminhadas para valorização cerca de 25 toneladas de resíduos orgânicos, através da adesão de 60 estabelecimentos de restauração e hotelaria. Considerando que a implementação de políticas públicas e programas ambientais de proximidade é essencial para promover a sustentabilidade e a gestão eficiente dos resíduos, e que o seu sucesso e eficácia dependem da sensibilização e participação ativa das populações, é também importante reconhecer que há sempre uma "curva de aprendizagem ou adaptação" associada ao funcionamento destes projetos, que pode dificultar a sua adesão plena e a qualidade dos resíduos recolhidos numa fase inicial. No sentido de promover uma maior adesão ao projeto "Leiria + Verde", é fundamental desenvolver múltiplas ações de sensibilização e informação que esclareçam os munícipes sobre o seu funcionamento, os resíduos admitidos e o seu processo de separação e colocação nos contentores da via pública destinados a esse efeito. Assim, reconhecendo a importância deste projeto, o grupo municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária no dia 21 de junho de 2024, aprove a presente recomendação no sentido de:*

- 1. A Câmara Municipal de Leiria reforçar a sua campanha de comunicação pedagógica, online e junto dos munícipes abrangidos pelo projeto "Leiria + Verde", na perspetiva de alargar esta recolha seletiva progressivamente e de forma eficaz a todo o concelho;*
- 2. A Câmara Municipal de Leiria proceder à colocação de sinalização informativa junto dos contentores colocados na via pública, destinados à recolha de biorresíduos."*

**Intervenção do deputado Ricardo Abreu - PS**

**Transcrição:**

*"Obrigado, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os presentes e também quem nos acompanha através das redes sociais.*

*Eu não vou ler a proposta de recomendação na íntegra porque ela já foi distribuída, quero apenas tecer algumas considerações e salientar alguns aspetos. O projeto Leiria Verde, Leiria + Verde foi lançado pela câmara municipal no início deste ano estando a ser implementado na zona urbana do concelho de Leiria com o objetivo de recolher e tratar biorresíduos através da distribuição gratuita de baldes ou pequenos contentores em residências e estabelecimentos para a sua separação e depois a sua colocação de contentores na via pública para a deposição desses biorresíduos e posterior recolha. É um*



*programa que nesta 1ª fase vai abranger 14200 residências e 100 estabelecimentos de restauração e hotelaria, mas que até 2030 será alargado a todo o concelho de Leiria com o objetivo de vir a recolher quase 3 mil toneladas de biorresíduos. Trata-se, por isso de um projeto que vai alterar estruturalmente não só os nossos comportamentos individuais, assim como o destino final que é dado aos biorresíduos que produzimos promovendo a economia circular e a sustentabilidade e garantindo até um impacto financeiro positivo, nomeadamente a poupança nas tarifas anuais dos resíduos urbanos através da redução da tarifa respetiva de deposição destes resíduos em aterro. Nos primeiros 3 meses de implementação do projeto já recolheu e enviou para tratamento 25 toneladas de biorresíduos de apenas 60 estabelecimentos, portanto, cientes da importância estrutural deste projeto o PS propõe esta recomendação no sentido de promover e acelerar a implementação deste projeto e intensificar a adesão dos leirienses ao Leiria + Verde através da realização de uma campanha de sensibilização junto dos munícipes e da colocação de sinalização na via pública junto dos contentores destinados à recolha dos biorresíduos. Quero terminar dizendo que o combate às alterações climáticas, a redução da nossa pegada ecológica e a proteção do meio ambiente só podem ser alcançados com o contributo de todos e para o qual investimento e políticas públicas são indispensáveis e, por isso, acho que também é de elogiar todo o trabalho da câmara municipal de Leiria que tem vindo a ter na área do ambiente, seja através deste programa, mas também de outros projetos e ações que tem vindo a desenvolver em todo o município e não apenas só na zona da cidade e que muito bem demonstra uma profunda preocupação deste Executivo em melhorar a qualidade de vida de todos os leirienses e construir um futuro mais sustentável em todo o território do concelho de Leiria. Obrigado.”*

**Intervenção da deputada Eugénia Costa - PSD**

**Transcrição:**

*"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em substituição, permita-me que em seu nome cumprimente todos os elementos participantes nesta assembleia, senhor presidente da Câmara, presidentes das Juntas de Freguesia, estimados Deputados, tradutores em língua gestual, equipa de apoio técnico, comunicação social e quem nos acompanha à distância, a todos muito boa noite.*

*Sensibilizar a população para a importância de uma cidade verde envolve educar, motivar e comprometer os cidadãos a adotarem práticas sustentáveis e valorizantes do ambiente urbano.*

*Reconhecendo-se a importância do projeto "Leiria + Verde" acrescentamos que a pedagogia de sensibilização para além do que está proposto tem que ir mais além. O exemplo é o modelo mais ativo para passar uma mensagem ou lição de cidadania. A Câmara Municipal de Leiria deve reformular algumas das suas práticas, norteando-se por «3 M.M.M»:*

*Modificar; Melhorar e Monitorizar, procurando assim a beneficiação, manutenção e melhoria dos espaços públicos que lhe competem, limpando e cuidando dos espaços verdes existentes.*

*Não basta disseminar flores se as plantas não forem regadas e desinfestadas de ervas daninhas, pois o seu desmazelo será aproveitado pelos incautos para lixeiras ou cinzeiros urbanos. Também os passeios invadidos ou bordejados com ervas daninhas são estorvos e incompatíveis com a bela cidade que todos queremos. De igual modo, a higienização do espaço urbano tem que ser mais regular de modo a não se ser surpreendido por imundices pouco aceitáveis no chão (como exemplo a avenida Heróis de Angola e outros espaços mais frequentados).*

*Poupar energia também é ser + Verde. Não basta apelar à poupança energética quando há desperdícios da mesma na iluminação pública e no esbanjamento de centenas de cabos e fios elétricos dependurados dos postes de eletricidade na via pública, de modo desagradável e incompreensível, bem como perigoso para os residentes e transeuntes (exemplo de casos flagrantes na zona da encosta de São Romão).*

*Criem-se mecanismos para monitorizar e avaliar o progresso das iniciativas verdes na cidade e ajustar as medidas conforme necessário.*

*Implementar estas estratégias de forma integrada pode ajudar a criar uma cidade mais verde, saudável e sustentável, com a participação ativa de toda a comunidade, mas, essencialmente, com o exemplo de quem a governa.”*

**Intervenção do deputado Carlos Poço - PSD**

**Transcrição:**

*“Esta moção peca dos mesmos pecados da anterior, temos o Partido Socialista a utilizar a Assembleia Municipal para comunicar com o Executivo. Apesar disso, concordamos com o teor do texto, é uma, é uma apresentação da questão, está bem feita, já demos contributos para, para o tema, mas não podemos pactuar com este modelo de comunicação que o Partido Socialista a partir de hoje entendeu utilizar para, para fazer recomendações àquilo que é a obrigação do Executivo fazer, isto são atribuições da exclusiva competência do Executivo, começou um trabalho meritório com o qual concordamos, mas entendemos que não é a Assembleia por esta via que deverá fazer este tipo de recomendação ao Executivo. Por essa razão iremo-nos abster pela forma. Muito obrigado.”*

**Intervenção do deputado Tiago Duarte - PS**

**Transcrição:**

*Muito obrigado, senhor Presidente em exercício. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e a todos aqueles que nos acompanham em casa.*

*Hoje, a bancada do Partido Social-Democrata vem com uma novidade e a novidade é que o Partido Socialista na Assembleia Municipal não pode fazer nada, tem de estar calado, tem*

*de acatar tudo. (gravação impercetível) Não, não eu sei ouvir o que é que o senhor deputado disse e o senhor deputado foi extremamente desagradável para com os elementos do grupo municipal do PS porque estão aqui a representar também a população e a propor ideias e recomendações ao município. É só isso, agora se o senhor deputado entende que nós devemos ficar em casa, nem precisamos de vir cá, dão-nos a senha à mesma, ficamos em casa e não fazemos nada. Portanto, eu pedia algum cuidado na forma como aborda as moções e recomendações que o Partido Socialista apresenta nesta Assembleia. Muito obrigado.”*

#### **Intervenção do Presidente em exercício**

##### **Transcrição:**

*“Obrigado, senhor deputado.*

*Estava a conferir os tempos, efetivamente não tenho aqui o Regimento com a grelha dos tempos e não tenho acesso também à Internet não sei porquê, mas só quero explicar os senhores deputados quanto é que tem cada grupo e dizer, e dizer que cada grupo utiliza o seu tempo conforme entender sendo certo que as moções e recomendações e votos, etc. contam para esse tempo que por lei está definido como sendo uma hora, é uma hora dividida por todos de acordo com a proporcionalidade que nós encontramos no Regimento. Como eu referi, o voto de louvor inicial não contou, portanto, foi contado, mas estamos a descontar no total dos tempos e, portanto, resta aos senhores deputados moderarem as suas intervenções no sentido e a seguir, no restante período, poderem formular as perguntas e as questões que quiserem. Senhora deputada Joana Cartaxo (gravação impercetível). Eu vendo (gravação impercetível) São três minutos? (gravação impercetível) O PCP é muito extensivo.”*

O senhor **Presidente em exercício** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com **36 votos a favor** (30-PS, 1-BE, 1-PCP, 1-IL, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente) e **12 abstenções** (12-PSD).

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

##### **Intervenção do deputado Carlos Poço - PSD**

##### **Transcrição:**

*“Senhor Presidente, queria deixar claro o sentido de voto do Partido Social Democrata. Foi no sentido da abstenção por concordar com o teor da moção, mas discordar pelo, pelo mecanismo utilizado do Partido Socialista, comunicar com o Executivo através da Assembleia Municipal. Eu queria esclarecer o nosso, a nossa interpretação que pelos vistos é diferente da vossa. Nós acatamos, aceitamos, e somos democratas, todas as sugestões são bem vindas da bancada do Partido Socialista se forem assuntos que não sejam da exclusiva competência do Executivo, já hoje votámos a questão da linha férrea ou outras que o Executivo não tem competência exclusiva, nesse caso terá o aconchego de toda a*

*Assembleia, mas assuntos que é da exclusiva competência do Executivo é nosso entendimento que poderia ser tratado internamente, é o nosso ponto de vista e peço que o respeitem, eu respeito o vosso, mas manifesto-me. Os senhores fizeram exatamente a mesma coisa, não concordam, manifestaram e nós acatamos a vossa opinião, é uma questão de opinião, por isso é que estamos todos aqui de forma cordial a emitir as nossas opiniões. Muito obrigado.”*

\*\*\*\*\*

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade ao “Período Antes da Ordem do Dia”.

**Intervenção da deputada Joana Cartaxo - PCP**

**Transcrição:**

*“Boa noite a todos, novamente.*

*(Presidente em exercício - 2 minutos, senhora deputada).*

*Sim, com certeza, senhor Presidente.*

*Antes de mais, muito obrigada ao senhor deputado Manuel Azenha, do Bloco de Esquerda, por nos ter cedido este, este pouco tempo, mas penso que todos vamos perceber a importância também desta intervenção.*

*Assinala-se no presente, no presente ano, o 5º centenário do nascimento de Luís Vaz de Camões. Poeta do renascimento, Luís de Camões é património universal cuja obra desempenha um papel crucial no crescimento da Língua Portuguesa e no desenvolvimento do espírito crítico e de um enorme contributo para o conhecimento em várias áreas, nomeadamente, nomeadamente no campo da geografia, da astronomia, das ciências naturais, da cartografia. A sua poesia une a paixão individual e coletiva, é um símbolo de resistência contra o domínio filipino e manipulado pelo fascismo Camões, os Lusíadas, 10 de Junho a que abusivamente chamavam “dia da raça”, marginalizado pelos poderosos Camões expressou a sua marginalização em versos que ainda hoje ressoam, como se pode ler no canto X, estrofe 145. Neste sentido, o PCP presta homenagem a Luís Vaz de Camões e à sua obra reconhecida como património vivo da cultura portuguesa e universal. Muito obrigada.”*

**Intervenção do deputado Carlos Poço - PSD**

**Transcrição:**

*“Senhor Presidente, vou ser muito breve, sucinto pedir ao senhor Presidente da câmara, também de forma sucinta, que nós pudéssemos entender, que explicitasse aquilo que disse recentemente, que Leiria tem falta de investimento a nível do poder central. Estivemos, passámos 8 anos com o governo socialista que, pelos vistos, não fez os investimentos devidos em Leiria. Nós concordamos com esse ponto de vista, mas gostávamos que nos*

*desse um esclarecimento adicional. Outro tema que eu queria trazer aqui, que do nosso ponto de vista é um tema de extrema importância porque está em marcha um processo de desenvolvimento da linha de alta velocidade, é um tema que vai afetar a nossa população, de forma direta muita gente, e sobre a qual nós temos pouca informação, a população em geral tem pouca informação. O município possivelmente terá bastante informação, não sei, poderá também ter insuficiência de informação e, por isso, o Partido Social-Democrata queria propor aqui a esta Assembleia que fosse, que fosse convocada, se fosse realizada uma Assembleia Geral, uma Assembleia Municipal extraordinária para tratar deste tema e que fossem convidadas entidades que nos pudessem ajudar a esclarecer os impactos que vamos ter na nossa região com a passagem da linha de alta velocidade. Sabemos que vai ser uma realidade a curto prazo e que vai ter impactos muito importantes e era bom que pudéssemos discutir e dar os nossos contributos e transmitir as preocupações das populações, é uma proposta que deixo à Mesa para, para que seja decidido. Muito obrigado.”*

#### **Intervenção do Presidente em exercício**

##### **Transcrição:**

*“Obrigado, senhor deputado.*

*Como sabe os grupos podem, podem indicar pontos para as ordens de trabalhos das diversas sessões, extraordinárias ou ordinárias, e também pode haver sessões temáticas sobre qualquer outro assunto. Agradecia-lhe que formalizasse, se não se importasse, depois por e mail a sua proposta, está bem? Não há mais inscrições, vou dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder ou fazer alguma consideração que entenda.”*

#### **Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

##### **Transcrição:**

*“Muito obrigado, senhor Presidente em exercício da Assembleia, cumprimento todos os deputados da Assembleia e também todo o público que assiste a esta sessão.*

*Relativamente ao investimento do Estado nos últimos anos em Leiria, conforme tive oportunidade de dizer no dia do Município, na minha intervenção, fui claro identificando quais os investimentos que são sistematicamente adiados pelo Estado Português independentemente dos governos ao longo de décadas e queria deixar aqui sublinhado que isto não tem a ver com peso político porque antes de mim tiveram outros presidentes de câmara se calhar mais poderosos e com mais peso do que eu, embora esteja a engordar mais um bocadinho, e também não conseguiram resolver os problemas e os problemas são quais? Vamos começando assim por ordem, não é? Na área da saúde escusado será dizer a importância que é ter um hospital com mais resiliência na resolução de problemas seja em termos de infraestruturas, seja em termos de médicos, e sabemos o que é que é o ambiente competitivo com um, com outros hospitais, nomeadamente com o Hospital de*

*Coimbra e que levou inclusivamente no passado à demissão de diretores e presidentes do conselho de administração dos hospitais por falta de meios. É também conhecido que, ao longo de anos as escolas do ensino secundário e as escolas do 2º e 3º ciclo foram deixadas ao abandono por parte do Ministério da Educação. Foram as câmaras, em especial a nossa, ao aceitar a descentralização com o compromisso de podermos ter verbas para fazer obras que estamos a recuperar o atraso e injustiças que o Governo, que os diversos Governos nos deixaram nos equipamentos educativos do país, em especial no ensino secundário em Leiria onde recuperou através da Parque Escolar duas escolas e deixou a escola Afonso Lopes Vieira para trás e foram as câmaras, e em especial a nossa câmara, que fez o projeto, lançou a obra com a promessa que nos iam financiar no PRR e que, infelizmente, hoje soube que esse financiamento não está aprovado e, portanto, não é só o prejudicar no passado, é o prejudicar hoje. Também é conhecido que as forças de segurança, que são um pilar da qualidade de vida das suas populações, quer a PSP, quer a GNR vivem nos seus comandos distritais com condições muito pouco dignas para as pessoas que lá trabalham. Há anos, nomeadamente o quartel da GNR que é prometido a sua realocização e o seu funcionamento, não é novo, já no tempo em que estava no Governo Civil se falava sobre isto. Também é conhecido, ainda hoje foi aqui apresentada uma moção, que a linha do Oeste foi sistematicamente adiada anos após anos, com mais de décadas, isto até pode ultrapassar muito mais do que os governos que possam imaginar, e que fez com que Leiria não fosse serviço de caminho de ferro durante, durante a sua existência, durante 40 anos a inexistência de caminho de ferro em Leiria. São poucos os leirienses que andam num Alfa, são poucos os leirienses que conhecem o que é que é andar de comboio, eu pergunto aqui na Assembleia quantos é que apanharam já alguma vez o comboio na Estação, se não foi só para ir a São Martinho do Porto. Esta é a realidade, este é o investimento que o Estado devia fazer e que não faz, que nunca fez e agora perguntam, mas porque é que a nossa região, porque é que, porque é que Leiria consegue fazer tantas coisas no setor privado e consegue ter tanto sucesso noutras áreas e não consegue ter em termos de apoio do Governo ou do Estado Português ao longo de anos. Nós somos só contribuintes fiscais? Não somos merecedores de recebimento de investimento público? Essa é a grande dúvida que se coloca porque nós estamos a ver concelhos que há uns anos atrás estavam ao nível de Leiria e têm sido levados ao colinho. Aveiro deu um pulo, já visitaram Aveiro, não visitaram? Estão ao nosso nível em termos de empresas, em termos de qualidade da população, nós estamos ao mesmo nível, não somos diferentes, somos, somos muito parecidos em termos de empreendedorismo, eles têm uma Universidade, nós temos um Politécnico, eles vão ter ensino de medicina, nós temos uma escola de enfermagem. Será que o PSD não percebe, não entendeu o discurso do Presidente da Câmara no dia do Município? Foi preciso virem-me acusar de falta de peso político para resolver os problemas,*



*eu que sou Presidente de câmara há 3 anos, eleito, mais 2 anos em substituição e em 5 anos fizemos muita coisa com o nosso orçamento e hoje, quando recebi a informação que as nossas escolas não são financiadas no PRR foi um dos dias mais tristes como autarca, cometeram uma das maiores injustiças em Portugal porque pedem para que o PRR seja executado com rapidez, nós temos escolas em curso e as nossas foram preteridas em detrimento da rapidez com que foram entregues as candidaturas, como se isso fosse critério para a qualidade de execução do PRR, este é o país que temos e a governação que temos. Este faz com que muitos de nós se sintam desiludidos com a política, com prejuízos que vamos ter no futuro porque outras coisas se calhar vão ter que ficar mais tempo para trás. Estação de alta velocidade, é possivelmente o investimento mais importante que Portugal vai ter e será uma oportunidade para Leiria. Se me dizem assim, mas acabou de dizer que nós, que os comboios nos passam ao lado. Eu quero fazer tudo o que estiver ao meu alcance porque já não será quando eu for Presidente, seguramente, para que a estação fique, fique cá, primeiro ponto. depois a ficar na Barosa que a gente consiga encontrar todas as condições para que esta estação regional seja uma estação regional que sirva a nossa cidade porque mais uma vez, a nossa cidade, o nosso concelho é preterido para fazer um projeto regional a exemplo como outras instituições que às vezes decidem fazer escolas em outros concelhos pelo distrito e pela região onde, em vez de ser importante às vezes sermos fortes e concentrarmos investimento, mas nós temos aquela visão, é com pouco mais recomendações que nós aceitamos, nós temos uma visão muito abrangente sobre a democracia, a liberdade, não é? É a mesma coisa, nós temos um conceito muito abrangente e muito descentralizado do nosso desenvolvimento porque reclamam de Leiria, da nossa capacidade para fazer um anel de desenvolvimento em torno do nosso território e temo-lo feito, eu pelo menos tenho feito como Presidente da Comunidade Intermunicipal faço esse esforço sabendo que agora não beneficiamos nada disto, mas dentro de muito pouco tempo Leiria, Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós, Pombal vão estar juntas dentro de uma década, duas décadas e vamos estar todos a trabalhar em conjunto, portanto, eu, ao reclamar uma estrada para Leiria tenho que reclamar também para a Marinha. Eu, ao reclamar ensino de qualidade para Leiria quero que a Marinha ou Porto de Mós ou Batalha tenha qualidade também no ensino porque todos vamos ser uma grande área metropolitana do futuro e, por isso, a estação de alta velocidade tem sido objeto de bastantes debates e reuniões com as Infraestruturas de Portugal num processo negocial intenso que, em princípio, na 1ª quinzena de julho terá apresentação pública daquilo que é o 1º draft das intenções em termos de planeamento da estação. Nós deixámos esta semana um conjunto de exigências, de pedidos, passa muito sobre as acessibilidades de 1º grau à estação da Barosa, só possível porque também não entregámos a estação da Barosa de mão beijada, como alguns defendiam, como é óbvio, ninguém consegue negociar se a gente entrega de*

*bandeja aquilo que a maioria quer, portanto, tivemos que fazer o nosso trabalho e o meu desejo, assim como hoje tive a oportunidade de ver os 60 milhões de euros que vão investir numa estação subterrânea, depois é isto, é um país, é um país com pouco dinheiro, com poucos recursos, mas vão enterrar 60 milhões de euros numa estação antes de chegar à do Porto, que nem estava pensada, mas vão fazer, 60 milhões de euros. Bem, quem vai fazer o projeto, quem planeou foi um dos melhores urbanistas do mundo, Juan Busquets, com quem tivemos reunião esta semana e que vai desenhar aquilo que será também a nossa solução em termos de planeamento urbano e que aceitou com muito, com muito cuidado aquilo que é a visão de Leiria porque aquilo que nos tinha sido apresentado há um ano era uma nova cidade dentro da cidade, se ficasse na Estação de Leiria atual, e hoje aquilo que nos estão a dizer é que vamos ter uma estação regional e que esta sessão regional abra caminho para que daqui a 3 ou 4 décadas Leiria ficar cosida com a Marinha e a Barosa seja um elo daquilo que será um novo bairro da estação e um bairro de pólo de desenvolvimento industrial e económico que poderá trazer bastantes vantagens para a nossa economia e, portanto, concordo que o debate seja feito, estamos também na expectativa de verificar que tipo de respostas nos vão apresentar e eu quero que essas respostas sejam públicas também e o nosso desejo, a informação que me deram é que até ao dia 15 de julho irão fazer uma apresentação desse trabalho e, portanto, se tiver oportunidade de a ter, mal a tenha quero partilhá-la numa sessão pública onde todos os deputados, os líderes de opinião, a população da Barosa, a população da Estação, há uma coisa que eu queria dizer, indo a estação para a Barosa há uma coisa que vou exigir, é que as pessoas da Estação atual, podiam ter uma oportunidade de desenvolvimento e de crescimento urbano e requalificação do espaço seja salvaguardado, que aquela estação e todo o património, que é das Infraestruturas de Portugal, seja valorizado com algo que seja uma âncora e que permita ter um polo de requalificação e de crescimento daquela zona da cidade que, ao longo dos anos, andou a ser adiado à espera de uma estação que só via comboios passar de vez em quando e que agora tinham prometido que iriam criar um bypass para ter comboios ali e ter a linha do Oeste, a linha do Oeste já não passará lá e, portanto, temos que garantir, e é esse um dos pedidos que fizemos, que aquele sítio, que aquele território depois de inaugurada uma nova estação tenha todas as condições para ficar requalificado e que seja motivo de orgulho e de satisfação e qualidade de vida para as pessoas que lá vivem. Por isso, são as informações que queria transmitir. Muito obrigado, senhor Presidente.”*

De seguida, o **Presidente em exercício** passou para o “Período da Ordem do Dia”.

**\*\*\*\*\* PERÍODO DA ORDEM DO DIA \*\*\*\*\***

**Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O Presidente da Câmara Municipal comunicou nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para esclarecimento de questões.

O **Presidente em exercício** passou à apresentação do ponto n.º 2 pois o ponto n.º 1 não carece de votação.

\*\*\*\*\*

**Ponto 2 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2023** - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

*Este documento corresponde ao somatório dos documentos de prestação de contas do Grupo Autárquico Municipal onde inclui a Câmara Municipal, que é o principal, onde tem as principais contas e resultados, os Serviços Municipalizados de Leiria, o Teatro José Lúcio e, portanto, é o somatório destes, destes encontros de contas que já fizemos e que já analisámos em anteriores reuniões que resulta este, este documento consolidado cujas receitas correntes totalizam o montante de 115 milhões de euros aproximadamente e que, portanto, tem como despesa o montante de aproximadamente 90 milhões de euros sendo o saldo de gerência calculado de 50, de 45 milhões de euros resultante sobretudo daquilo que é o saldo de gerência sobretudo do município de Leiria, portanto, da Câmara Municipal de Leiria. Muito obrigado."*

Intervenção do deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

"Boa noite a todos, mais uma vez.

*Sim, já debatemos este assunto em outras Assembleias, continuamos com bases para opinião com reservas e volto eu a bater mais uma vez nesta situação e perguntar se já está resolvida, se não está resolvida porque entretanto também deve anunciar que pedi esclarecimentos ao Executivo, eles foram prestados, muito agradeço, pedi na quarta-feira, chegaram hoje às 5 horas, ainda tenho que estudar a informação e também talvez voltar*

*a pedir ajuda aos serviços para que esclareçam outras situações, mas de qualquer forma agradecer os esclarecimentos que foram prestados, mas dizer que não deve ser para o Executivo, nem deve ser para o ROC colocar uma opinião com reservas, eu continuo a alertar, não é para mim enquanto deputado municipal, não me satisfaz portanto, o que interessa é corrigir, o que interessa é perceber efetivamente o que é que se passa e o que é que tem que se fazer para resolver esta situação para que não esteja inscrito e não venha às Assembleias e os deputados municipais mesmo que votem contra ou que se abstenham sabem o que se passa, portanto, não vou estar a perder muito mais tempo com isto, há opinião com reservas, as reservas são importantes e os esclarecimentos que me foram prestados ainda não esclarecem visto que o ROC diz que não lhe foram prestadas as, as informações pelos concessionários, portanto, eu também não tive o esclarecimento cabal dessa situação a 100% pelo menos, mas agradeço desde já e vou voltar a pedir e agradeço a forma como estamos a tratar também o esclarecimento. Muito obrigado.”*

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **34 votos a favor** (29-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT), **11 votos contra** (9-PSD, 1-PCP, 1-CHEGA) e **2 abstenções** (1-IL, 1-Independente), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente aos **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2023**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 3 – Modificação ao Orçamento Municipal para o ano de 2024** - Apreciação, discussão e votação;

**Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

**Transcrição:**

*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

*Portanto, decorre de uma obrigação legal sempre que há alterações de investimentos plurianuais, tendo em conta a recomendação do Tribunal de Contas deverão ser, deverão ser as mesmas aprovadas nesta Assembleia Municipal. Muito obrigado.”*

**Intervenção da deputada Joana Cartaxo - PCP**

**Transcrição:**

*"Boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.*

*Portanto, em relação aqui a esta modificação para nós o que foi mais relevante foi, portanto, a modificação, orçamento e as opções do plano é a redução de mais de 1 milhão e 500 mil euros do parque empresarial de Monte Redondo no ano de 2025. Portanto, para nós isto significa que a construção do parque vai ser ainda mais demorada do que as promessas feitas, o que ao fim ao cabo não surpreende porque, de facto, é esta a matriz que nós*

*temos estado a ver até agora, portanto, não concordamos e apelamos à câmara que acelere o processo de construção do parque, do parque do Monte Redondo e também que lance um concurso para a elaboração do plano de urbanização de Monte Redondo, de modo, de modo a salvaguardar um crescimento ordenado da vila. Muito obrigado.”*

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **35 votos a favor** (30-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT), **12 votos contra** (9-PSD, 1-PCP, 1-IL, 1-Independente) e **1 abstenção** (1-CHEGA) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **IX Modificação ao Orçamento Municipal para o ano de 2024**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 4 – Recrutamento de titular de cargo dirigente de unidade orgânica que integra a nova estrutura organizativa dos Serviços do Município de Leiria - Abertura de procedimento concursal** - Apreciação, discussão e votação;

**Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

*Portanto, também compete à Assembleia Municipal aprovar o júri para este procedimento de, de consulta e de abertura de concurso para dirigente do município de Leiria. Muito obrigado.”*

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **37 votos a favor** (30-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-PCP, 1-CDS-PP, 1-Independente) e **11 abstenções** (9-PSD, 1-IL, 1-CHEGA) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Recrutamento de titular de cargo dirigente de unidade orgânica que integra a nova estrutura organizativa dos Serviços do Município de Leiria - Abertura de procedimento concursal**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 5 – 1ª Alteração à proposta de mapa de pessoal para 2024. Competências da Assembleia Municipal** – Apreciação, discussão e votação;

**Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

*A alteração à proposta de mapa de pessoal decorre em especial daquilo que é uma candidatura aprovada no âmbito do radar social onde esta candidatura obriga a que se contrate através deste tipo de procedimento 5 técnicos superiores para o desenvolvimento*

*deste, deste planeamento, deste projeto. Para além disso, também há a necessidade de reforçar no que diz respeito a vagas para bombeiros sapadores.”*

**Intervenção da deputada Joana Cartaxo - PCP**

**Transcrição:**

*"Boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.*

*Bom, para nós isto trata-se de uma proposta de alteração para acomodar a necessidade de contratar técnicos superiores de várias áreas académicas, portanto, serviço social, psicologia, educação social, sociologia em resultado da aprovação de uma candidatura ao Radar Social, portanto, isto é efetivamente aquilo que está aqui mencionado, mas a questão é que estas são áreas de intervenção técnica em que há uma carência em regime de permanência, mas os lugares a criar são de termo resolutivo certo longo, portanto, está-se aqui a criar, mais uma vez, o trabalho precário por mais um pouco de 2 anos, portanto, nestas circunstâncias, nós vamos ter que votar contra.”*

**Intervenção da deputada Cristiana Pinto - PS**

**Transcrição:**

*"Começo por cumprimentar o senhor Presidente em exercício e nele cumprimentar todos, todos os presentes.*

*Em 1º lugar, é de ressaltar que esta é realmente uma, uma iniciativa com importância, Radar Social contribui para uma maior eficácia à ação das entidades locais apoiada na noção desenvolvimento social integrada numa perspetiva de desenvolvimento local, que parece-me que também são preocupações que foram aqui explanadas pela, pela senhora deputada. No entanto, aquilo a que nós, a informação que nós temos acesso é que realmente este é um projeto que durará por 27 meses, portanto, não me parece que, que se trate de trabalho de um vínculo precário uma vez que são, que são definidos profissionais com funções públicas importantes e, portanto, este, este é um dos princípios de que estas funções têm que ser feitas, têm que ser atribuídas por tempo determinado. Não consigo perceber em que, em que ponto é que esta, em que estas funções terão algum tipo de precariedade e, mais uma vez, congratular o município pela, pela aprovação desta candidatura. Obrigada.”*

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **36 votos a favor** (30-PS, 3-PSD, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente), **1 voto contra** (1-PCP) e **11 abstenções** (1-BE, 9-PSD, I-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **1ª Alteração à proposta de mapa de pessoal para 2024. Competências da Assembleia Municipal.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 6 - Aprovação do saldo de gerência de 2023 - Modificação ao orçamento anual de exploração do TJLS-2024, que se traduz numa revisão orçamental, por introdução do saldo de gerência de 2023 -** Apreciação, discussão e votação;

**Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

*A exemplo do que fizemos relativamente à Câmara Municipal no final do ano de 2023 apurase o salto a transferir e, portanto, estamos aqui a propor a introdução do saldo no ano de 2024. Muito obrigado."*

**Intervenção da deputada Joana Cartaxo - PCP**

Transcrição:

*"Boa noite, novamente.*

*Isto a liberdade de expressão é muito*

*Bom, aqui a questão que nós queremos, portanto, estávamos à espera que houvesse, de facto aqui mais alguma informação por parte, por parte do Executivo relativamente a este assunto, mas aquilo que nós, que nós conseguimos ver aqui no saldo de gerência é que todo o alocamento é considerado pagamentos de cachets e, portanto, nós gostaríamos e achamos, consideramos que não é aceitável nós aqui, os decisores, nós, membros desta Assembleia, não termos esta informação, que cachets são, portanto, não sabemos que grupos de artistas ou que áreas artísticas que serão contratados e, portanto, nem sequer sabemos se isto se enquadra algum projeto cultural, portanto, gostávamos, obviamente, de ter esta informação para poder votar a favor, portanto, neste sentido vamos ter que votar contra. Muito obrigado."*

**Intervenção da deputada Sofia Francisco - PS**

Transcrição:

*"Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados e presidentes de juntas e uniões de freguesia, sintam-se todos cumprimentados então. Muito boa noite também a quem nos acompanha em casa. Eu penso que essa necessidade de discriminar os cachets e a quem são atribuídos, eu penso que isso é supérfluo, se formos, eu penso que o que é importante aqui neste ponto 6, que diz claramente "Aprovação do saldo de gerência de 2023 - modificação orçamento anual de exploração do Teatro José Lúcio da Silva, e que se traduz numa revisão orçamental" e que tem a ver com a introdução de um saldo de gerência de 2023 no orçamento de 2024, no montante de 315.834,76 cêntimos. Analisado, e eu tive acesso ao relatório, o que aqui importa é verem como é que este saldo resulta e aparece aqui para se introduzir em 2024 e então, como é que é? Esta situação, que já foi até analisada em reunião da Câmara Municipal tendo sido aprovada por unanimidade, está relacionada com 2 fatores e isso sim*

*interessa vir aqui a esta Assembleia, interessa explicar, então, o 1º fator deve-se ao facto de as vendas da bilheteira do Teatro José Lúcio da Silva decorrerem até 31 de dezembro e não fecharem antes porque até posteriormente poderão ser vendidos bilhetes e consequentemente não fecha a atividade, o 2º fator está relacionado com a existência de faturas de bens e serviços que decorrem até ao final do ano, mas que só chegam em janeiro daí a necessidade de fazer este acerto. Deste modo, o relatório que vêm aqui hoje é um relatório que é fechado mais tardiamente e não em 2023 fazendo com que esta verba que hoje importa aqui ter atenção de 315 mil, repito, 834 euros e 76 cêntimos transite para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis no mês de janeiro e seguintes de 2024 nos termos regulamentares previstos, penso que é isto que está aqui em aprovação agora saber quem são os artistas, o cachet de cada um eu penso que isso, mas também estou certa de que se a senhora deputada tiver alguma dúvida que, penso que o teatro e, nomeadamente, na figura do senhor diretor não se importará de prestar os devidos esclarecimentos. Para além disso, já agora como falamos no Teatro José Lúcio da Silva, permitam-me também e já que estou aqui realçar a menção honrosa que devem ter conhecimento porque foi divulgada nos órgãos de comunicação sociais desta semana, a menção honrosa recebida pelo Teatro pelo excelente trabalho realizado pelo projeto "Um palco para todas as pessoas" e esta menção honrosa foi atribuída pelos Prémios Acesso Cultura – Mickaella Dantas que distingue projetos que promovem o acesso físico, intelectual e social para todos. Obrigada."*

**Intervenção do deputado Manuel Azenha – BE**

**Transcrição:**

*"Senhor Presidente, eu ouvi com atenção o que foi dito agora pela senhora deputada e tenho apenas uma questão, esta questão da transição do saldo de gerência e a questão do seu fecho ao dia 31 de dezembro parece-me, e o valor aqui em causa parece-me que vem um bocado das receitas que se conseguem com o Leiria cidade Natal e outros, e outros eventos que são organizados pelo município.*

*Esta questão, a menção honrosa recebida pelo Teatro José Lúcio da Silva é de louvar e dizer efetivamente respeito ao Teatro José Lúcio da Silva. Sempre nos manifestámos aqui um bocado contra esta confusão que existe entre o Teatro José Lúcio da Silva, o Leiria sobre rodas, todos os eventos organizados em Leiria e para colmatar essa falha, que também foi assumida pelo Executivo, já foi aqui deliberado a criação da empresa municipal que irá gerir todo este programa, todo este conjunto de eventos e eu pergunto-me em que estado é que está para evitar estas, para haver uma distinção mais, mais concreta, em que estado é que está então a criação e o andamento desta empresa municipal? Muito obrigado."*

**Intervenção da deputada Joana Cartaxo - PCP**

**Transcrição:**

*Boa noite, novamente.*

*Só, só para esclarecer, portanto, a deputada Sofia. Aqui não nós não estamos a exigir nada de supérfluo, nós só queremos ter acesso a informação, portanto, se a rubrica no relatório a que chama o relatório que mais se evidencia são os cachets, obviamente que nós como membros desta Assembleia, deste órgão deliberador e decisor temos por direito ter informação total, não se trata aqui de uma inspeção ou dizer se está bem ou está mal, mas já agora queremos ter, obviamente, esta informação e, portanto, tendo, tendo, é uma questão só de, quer dizer, respeito por este órgão que tem que ter acesso à informação sendo, sendo evidente que esta é a rubrica com mais evidência no próprio relatório que o próprio Teatro assume e, portanto, não é supérfluo, é um direito que nós temos de acesso à informação e eu fico contente por saber que a deputada Sofia tem acesso a essa informação, mas nós não temos e, portanto, neste sentido temos que ter toda a informação, está bem? **(gravação impercetível)** Sim, mas, mas se nós temos que solicitar passamos a vida a solicitar, isto é uma questão de cumprimento daquilo que é a nossa obrigação aqui de ter acesso à informação. Muito obrigada.”*

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **36 votos a favor** (30-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-Independente), **11 votos contra** (9-PSD, 1-PCP, 1-IL) e **1 abstenção** (1-CHEGA) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Aprovação do saldo de gerência de 2023- Modificação ao orçamento anual de exploração do TJLS-2024, que se traduz numa revisão orçamental, por introdução do saldo de gerência de 2023.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 7 - Aquisição dos imóveis que constituem a “Quinta do Faria”, sites entre os aglomerados urbanos do Vale da Catarino e Vale da Rosa, lugar de Caranguejeira, Freguesia da Caranguejeira, para o domínio privado do Município** - Apreciação, discussão e votação;

**Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

**Transcrição:**

*“Muito obrigado, senhor Presidente. Pedia só para passar aqui a imagem no ecrã, pode ser? Pronto, enquanto faço a intervenção, este é o vídeo que melhor pode ilustrar o equipamento que comprámos e em termos de, tá? Bem, só para deixar aqui um apontamento, este é o espaço que vamos comprar, portanto, se for aprovado em Assembleia. É um espaço com 6 hectares, um parque verde que tem condições extraordinárias para atividades de lazer e ambiental, tem características especiais uma vez que tem uma cortina arbórea extraordinária, para além de ter um conjunto de equipamentos já construídos e de apoio*

*como casas de banho, piscinas, zonas que podem funcionar, do ponto de vista pedagógico, para apoio à educação ambiental e permite-nos ter uma descentralização daquilo que consideramos também decisivo de alguns dos nossos eventos para ambientes fora da cidade em especial aqueles que têm esta dinâmica mais ambiental, como, por exemplo, organizar a Animália do próximo ano aqui com uma dimensão muito maior, este evento das crianças ter dimensões musicais e, sobretudo, ter o forte envolvimento do associativismo na sua dinamização. Esta é uma quinta que quando começámos a usá-la há cerca de 3 anos começámos desde o início a considerar que seria um excelente investimento. Hoje, se tivéssemos de fazer um parque verde, um parque de aventura com estas características não iríamos gastar 800 mil euros, iríamos gastar muito mais só pela qualidade ambiental que apresenta, o tamanho destas árvores, a qualidade da circulação da água que acontece neste espaço que nos poderá permitir no futuro criar aqui uma praia fluvial com as devidas aprovações e permite-nos, sobretudo, criar nesta freguesia que é tão afetada também pelos incêndios florestais, em especial nos últimos anos, criar aqui uma mancha florestal digna e que permita ser utilizada pelos mais diversos públicos. Este é um equipamento ao serviço de todos, não só do município de Leiria, das juntas de freguesia e pretendemos com isto criar uma dinâmica nova também direcionada para a proteção civil, uma vez que a nossa intenção é criar aqui um posto de utilização para carregamento de helicópteros em situações de emergência e, portanto, é uma oportunidade que representa um investimento significativo, como é óbvio, mas achamos que vai depender de todos em especial do município, dos diversos vereadores, seja na componente desportiva, cultural, infantil conseguir também programar atividades para este espaço, o dinamismo do associativismo, em especial da Caranguejeira que é bastante dinâmico nas mais diversas áreas, podemos ter aqui um calendário de eventos. Independentemente dos eventos, temos aqui um espaço que está aberto ao público como zona de lazer, como zona de estar onde pode receber muitas pessoas a título individual, sobretudo na época mais alta, a partir da Primavera, e para nós representa uma oportunidade de descentralização e de melhoria ambiental ao serviço de toda a comunidade. Muito obrigado, senhor Presidente.”*

**Intervenção da deputada Joana Cartaxo - PCP**

**Transcrição:**

*"Boa noite, novamente, Joana Cartaxo, PCP.*

*Para nós e do nosso ponto de vista para quem partilha uma visão humanista do desenvolvimento dos territórios e as suas gentes não são marcas, mas uma realidade natural e humana que precisa de respostas e soluções. Confundir territórios e seus habitantes com marcas, como marca comercial é próprio do neoliberalismo que tanto mal tem feito à natureza, aos trabalhadores e ao povo, o município não pode ser promotor de*

*eventos comerciais, mas agente da promoção do desenvolvimento do concelho e da qualidade de vida das populações. Está por provar por parte desta câmara, o contributo dos chamados grandes eventos para o desenvolvimento do nosso território e melhoria da qualidade de vida das populações. A afirmação lapidar de que o festival Leiria Kids Festival foi desenhado com o objetivo de potenciar e dar a conhecer o espaço da Quinta do Faria é a confissão involuntária de que o 1º objetivo primordial foi valorizar uma propriedade, no caso privada. Invocar a densidade populacional não elevada de uma freguesia com a agravante de mal calculada porque, de facto, em 2021 era de 139,8 habitantes por quilómetro quadrado e não os indicados 150,4 habitantes por quilómetro quadrado para justificar a prioridade desta compra é demonstrativo de uma clara falta de argumentos, o que dizer então de uma freguesia com 1240,2 habitantes por quilómetro quadrado, como é o caso dos Marrazes, com a agravante de ser o caos urbanístico e porque é que esta câmara nunca quis, como temos aqui reiteradamente proposto iniciar o processo de aquisição dos terrenos adjacentes a norte da Mata dos Marrazes ou em alternativa apoiar financeira e tecnicamente a União de Freguesias de Marrazes e Barosa para avançar neste processo? E quanto à Caranguejeira, como nos foi informado por elementos anteriores do Executivo da freguesia, a intenção ou reivindicação era para a compra de uma outra quinta a norte, na antecâmara do Vale do Lapedo, como a câmara ou pelo menos o seu presidente bem sabe e a CDU, neste caso o PCP, manifestou o seu apoio a essa vontade. Esta proposta de aquisição submetida a pedido de autorização da Assembleia é como outras que já aqui foram aprovadas, por nós denunciadas, um favor aos seus proprietários, é a gestão pública e os recursos municipais a serem postos ao serviço de interesses privados resolvendo-lhes um problema por não longe de 1 milhão de euros, não podemos concordar porque há outras prioridades às quais a câmara nunca quis dar resposta. Muito obrigada.”*

**Intervenção do deputado Telmo Marques - IL**

**Transcrição:**

*“Muito obrigado, senhor Presidente, na sua pessoa os meus cumprimentos a todos. Não colocando, não colocando em causa o valor dos eventos de grande escala que acontecem em Leiria já me confessei aqui fã, por exemplo, do Leiria sobre Rodas em outras Assembleias Municipais anteriores, não colocando isso em causa e sendo inegável o valor que trazem e toda a gente consegue ver o número de pessoas que traz a Leiria e o valor que isso traz, não colocando isso em causa, o que nos parece negativo nisto é que o município de Leiria ou a Câmara Municipal é constantemente promotora de eventos, é constantemente organizadora de eventos, é constantemente financiadora desses eventos ao ponto, e agora também proprietária de terrenos ou de quintas onde se fazem esses eventos, ao ponto de estar a equacionar a criação de uma empresa municipal só para gerir os eventos e de ser quase impossível muito difícil indicar um evento de grande escala que*

*aconteça em Leiria que não seja organizado pelo município. E é isto é que nos parece negativo, a câmara não precisa de ser constantemente financiador com o erário público de eventos pode ser agregadora, pode ser promotora junto de entidades privadas que venham valorizar Leiria também e sejamos honestos, não, não querendo desvalorizar, é óbvio, e não é segredo para ninguém, que eventos e festas são muitas vezes utilizados como instrumento de promoção política e isto não é algo que nós consigamos ver com bons olhos quando o rácio de eventos de grande escala que existem em Leiria organizados pelo município e não organizadas pelo município é desta forma gritante e por estas razões iremos votar contra este ponto. Muito obrigado.”*

**Intervenção do deputado Manuel Carreira – CDS-PP/MPT**

**Transcrição:**

*“Ora muito boa noite a todos, eu não fui para Bruxelas, fui apenas a Chelas e faltou-me a ida à bruxa pelo visto, fica para a próxima, mas são experiências interessantes (gravação impercetível) porquê? Querem-me ver fora daqui, é isso? (gravação impercetível). Obrigado, obrigado, fica esta gratidão e o Ricardo Pereira também achou que sim, bom aluno, mas nas contas é que não tanto, mas o Partido da Terra, Manuel Carreira neste caso, não pode deixar de congratular-se com iniciativas como esta que dizem respeito a reaproveitamento, valorização daquilo que é a natureza e, portanto, esta, esta quinta que eu conheço muito pouco, mas que, naturalmente, aproveitei para me informar melhor é uma boa demonstração disso e penso, não sou bom em números pelo visto, mas é que, de facto, o valor parece-me que noutros tempos seria mais. Esta quinta tem muito próximo o olho ou o Vale Sobreiro, portanto, parece que será aproveitado também como praia fluvial se assim for possível e eu acho excelente o aproveitamento dos recursos naturais, não podemos deixar de, portanto, de valorizar a água seja para bens saudáveis, seja como alimento, chamemos-lhe assim, e aproveito inclusive para referir outros espaços de água que nós temos muito mal conhecidos e que deixo a sugestão para que sejam também aproveitados, nomeadamente a alguns poucos quilómetros daí, a chamada nascente do rio Sirol, que mantém um excelente nascente todo o ano, verão e inverno, a poucos quilómetros dessa, acho que deveria ser repensado o aproveitamento antes que seja estragado e uma outra nascente, e penso que estas seriam as principais não valorizadas no nosso concelho, que é a nascente da Pena que também mantém uma nascente muito forte e ambas quase totalmente desconhecidas dos leirienses, portanto, deixo esta sugestão como aproveitamento, esta da Pena junto às outras nascentes do rio Lis, das Fontes, e que a Dra. Joana Cartaxo que está a reforçar, eu acho muito bem estes aproveitamentos e, portanto, aproveito ainda para dizer que a par de algumas sugestões que sugeriram antes temos que pensar na sensibilização, como uma professora disse há bocadinho, e o apadrinhamento de animais, apadrinhamento de plantas, apadrinhamento*

*de nascentes como esta poderia ser uma 1ª experiência porque, de facto, o que se planta muitas vezes é perdido por falta de cuidado, vejamos o que aconteceu nas 3 plantações da Polis de que não sobra nada, portanto, ficam estas minhas sugestões, fica este reconhecimento e vou continuar aqui porque não pretendo nem sequer depois ir para Belém, está bem? Obrigado.”*

**Intervenção do deputado Pedro Assunção - PSD**

**Transcrição:**

*“Boa noite a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, o senhor Presidente da Câmara, e nas suas pessoas cumprimento todos os membros desta Assembleia, os senhores vereadores, público presente e online.*

*O PSD considera que a aquisição do conjunto de imóveis que constitui a Quinta do Faria, por parte da CML, com vista a criação de um Eco Parque é interessante de um ponto de vista geral, dado que traz para o domínio público património que efetivamente tem utilidade pública e potencial para contribuir para o desenvolvimento regional.*

*A intenção de criar um Eco Parque no local, a ser concretizada, trará benefícios para o Concelho de Leiria e para a freguesia da Caranguejeira em particular. Reconhecemos que irá valorizar o território, com impactos positivos ao nível economia e do ambiente, podendo também vir a ser um elemento ativo na formação de jovens e na promoção do desenvolvimento sustentável.*

*No entanto, não deixando de concordar que a criação do Eco Parque é uma medida positiva, que acrescenta valor à freguesia e ao concelho, a forma como se pretende concretizar tal objetivo e a coerência política de tal decisão são, quanto a nós, muito questionáveis.*

*Demonstra-se facilmente que o executivo não apresenta esta proposta como estando inserida numa estratégia de desenvolvimento harmonioso do concelho, nem incluída no programa político do PS. É mais uma proposta avulso, que surge da oportunidade, necessidade ou conveniência (podemos escolher um ou mais deste tipo de razões) dos proprietários em vender, e não de um plano pensado e estruturado pela CML.*

*E isto é um modus operandi, já consolidado e enraizado no PS, de tal forma que considera sempre normal não haver plano para Leiria – é um navegar à vista e o resultado é o que for, mesmo que nada seja, pois nada foi planeado.*

*Uma investimento superior a 800 mil euros que não tem um plano de viabilidade económica nem um plano de atividades que o justifique, só pode acontecer no domínio público e assumindo que o Estado é árvore das patacas que tudo financia com impostos dos contribuintes, sem nada devolver de retorno.*

*O valor da aquisição, superior a 800 mil euros, foi definido por uma única avaliação. Não se compreende porque razão a CML, mesmo que a tal não seja obrigada, não procurou*

*obter mais do que uma avaliação no sentido de procurar as melhores condições de aquisição e assim demonstrar que está comprometida com a defesa do interesse público.*

*De facto, numa altura em que o mercado imobiliário está em alta, questionamos se esta aquisição foi feita no timing certo e pelo valor devido, do ponto de vista do interesse público. Tendo estado à venda e não tendo surgido compradores, não se entende este processo de aquisição nesta altura e por este valor.*

*A incoerência do executivo é também aqui evidente, porque quando se decidiu passar a rodoviária para junto às piscinas, o Sr. Presidente utilizou como argumento para defesa de tal opção, o facto de não ser necessário comprar terreno. Parece que o investimento em terreno não era bom, mas agora já é valioso. Sim, porque esta aquisição não é mais do que um investimento em terreno, já que ninguém acredita que a CML vai criar um Eco Parque no local. A incapacidade que a CML vem demonstrando em concretizar obras planeadas há (veja-se por exemplo a nova sede da Assembleia Municipal), não permite concluir que esta obra, não planeada, venha a ver a luz do dia.*

*Ainda a reforçar a falta de coerência e consistência política que esta proposta demonstra, está o facto da CML ter praticamente deixado ao abandono o Agro-Museu D. Julinha e as salinas da Junqueira, por exemplo. Por último, pergunta-se como se compara a prioridade desta aquisição com a não-aquisição do Lapedo?*

*O PSD concorda com a criação do Eco Parque na Quinta do Faria, mas com isso não quer deixar de evidenciar que o processo de aquisição dos imóveis que aqui é apresentado, tem debilidades ao nível da melhor defesa do interesse público e constitui uma decisão que de qualquer modo, uma decisão avulsa, digamos assim. De qualquer modo, o PSD vai dar o benefício da dúvida ao Executivo e acreditar que esta aquisição de imóveis vai mesmo dar origem a um eco parque e por isso irá votar a favor. Muito obrigado.”*

#### **Intervenção do deputado Hugo Morgado - Independente**

##### **Transcrição:**

*"Boa noite.*

*Como não consegui alienar o meu tempo a ninguém vou também aqui aproveitar para dizer algumas coisas. Começar por cumprimentar o senhor Presidente em exercício, senhor Presidente do Executivo e nas suas pessoas todos os presentes e todos os que nos acompanham à distância.*

*Não me oponho à construção do dito eco parque, ou melhor, à ideia, à ideia de construir o eco parque na freguesia da Caranguejeira, aliás, isto vai ao encontro daquilo que tenho aqui defendido por diversas vezes da necessidade de descentralizar o concelho nas diversas áreas, nomeadamente nesta aqui em causa e lendo o documento e até perante a apresentação que foi aqui levada a cabo parece que estamos mesmo a votar a construção do tal eco parque quase, quase não, conseguimos mesmo visualizar a água, a fonte, as*

*crianças, tudo, realmente nisso o Executivo é muito bom, mas não, o que se está aqui a votar é a aquisição pelo município, entenda-se pelos contribuintes, da Quinta da Faria, dos lotes que constituem a Quinta da Faria com intenção de se vir a fazer ou construir o tal eco parque e aquilo que se vá efetivamente fazer e manter-se naquele espaço é que irá ditar se esta medida é boa ou má, se é muito ou pouco dinheiro, ou seja, se o dinheiro de todos nós foi bem empregue ou não porque, e nisto todos os executivos socialistas são especialistas, entre o anúncio / propaganda e a concretização, entre a expectativa e a realidade vai um passo de gigante e até lá vou alimentando a expectativa / diálogo porque em política a expectativa vende, ou seja, a expectativa compensa e é simplesmente por estas reservas que me irei abster. Muito obrigado.”*

**Intervenção do deputado Tiago Duarte - PS**

**Transcrição:**

*“Muito boa noite, novamente. Era escusado, senhor deputado, mas pronto, eu levei para a brincadeira*

*Trata-se de um espaço onde nos últimos anos decorreu o festival Leiria Kids, pelo que se conhecem as potencialidades do mesmo e isso é também importante para a tomada de decisão do Município. Estando o mesmo à venda, o Município entendeu apresentar uma proposta, tendo como base um relatório de avaliação dos artigos que compõem o espaço, conforme previsto na Lei.*

*Este espaço já se encontra devidamente organizado, possuindo uma área de 6 ha, onde será possível desenvolver um conjunto de eventos, tais como desportivos, culturais, entre outros, existindo a possibilidade, face à água disponível, de ser criada uma praia fluvial. Acima de tudo é um local que servirá toda a população, onde será possível fazer as mais diversas atividades de recreação. De notar que a área não carece de investimentos para que possa servir a população, ou seja, traduzindo, o eco parque está construído, poderá ser melhorado.*

*É de salutar a criação de mais um espaço público desta natureza no concelho, com particular destaque de o mesmo ser fora da cidade de Leiria. A importância destes locais na qualidade de vida da população assume cada vez mais uma relevância que não pode ser descartada. Achar-se que a realização do Leiria Kids só serviu para valorizar este espaço, revela no mínimo algum desconhecimento e não pode deixar de ser abordado. Estamos a falar de um espaço consolidado pelo atual proprietário, com muitos anos de trabalho ali naquele espaço sendo que no referido evento o investimento passava apenas pela colocação de equipamentos relacionados com o mesmo.*

*Em relação aos eventos que servem de promoção política, eu nem vou comentar porque nem vale a pena. Comparar este investimento de qualidade, não senhor deputado, não vale a pena porque, **(gravação impercetível)** então vou comentar, vou comentar, então*

*significa que o trabalho que o município faz ou o bom trabalho que o município faz também é para promoção política. **(gravação impercetível)** A cultura, a cultura, a cultura. **(Presidente em exercício – Senhores deputados, vamos deixar os apartes. Senhor deputado, faça a intervenção)**. Só dizer que a cultura também é serviço público que o município deve assegurar. Comparar este investimento à compra de um terreno que não foi feito para a construção do novo terminal também é falar alhos e bugalhos. Senhor Presidente em exercício, sempre que eu estou a falar o senhor deputado Poço faz questão de estar a rir e a fazer comentários, agradecia que a Mesa pudesse estar atenta a esta, a este comportamento que não considero adequado. Muito obrigado.*

**(Presidente em exercício – Vamos deixar isso de parte, está bem? Vamos deixar os apartes senão chegamos às 2 da manhã e não concluímos a sessão)** Foi uma recomendação que eu fiz à Mesa. **(Presidente em exercício – Senhor deputado, por favor conclua)**. Por último, referir que relativamente ao Lapedo também aqui foi falado, e bem, a informação que temos é que está a ser tratada a sua aquisição na totalidade e será mais um espaço que será de todos nós e que poderá ser aproveitado por todos nós munícipes. Pelo exposto, o Partido Socialista votará favoravelmente a esta compra. Muito obrigado.”

#### **Intervenção do deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA**

##### **Transcrição:**

*“Obrigado, senhor Presidente.*

*Não tinha intenção de, mas perante, pensei que fossem aqui dadas algumas informações, mas não obtive e então, objetivamente, senhor Presidente ou Executivo, quanto é que pagou pelo aluguer do Leiria Kids em cada ano em cada ano, se a quinta, percebi agora, estava à venda qual era o preço, foi solicitada uma avaliação, mas penso que não temos a informação, qual é o valor patrimonial de IMI, do total? Obrigado.”*

#### **Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

##### **Transcrição:**

*“Só deixar aqui alguns esclarecimentos.*

*Conseguimos, pelos vistos, acusados a mesma reunião de neoliberal e depois vir cá o IL dizer que também está contra, não é? Pronto, o que é extraordinário, mas eu não me importo, já me chamaram coisas piores, o que é que eu não compreendo nem aceito, a não ser que seja numa lógica de repetição daquilo que é habitual vir escrito dalgum sítio mais superior em que a deputada da CDU tem que fazer valer a sua voz, que é esta lógica de estar do lado dos interesses privados e favorecimento de privados, essa é que eu não concordo nem aceito, para mim está a passar, a pisar uma linha vermelha porque este tipo de acusação só se pode ter quando há indicações muito claras onde é que existe este favorecimento do interesse privado ou onde é que estou a ser posto em causa a minha*



*honestidade relativamente àquilo que é a gestão dos fundos ou dos dinheiros públicos. E, nesse aspeto, se acusado de neoliberal já me chamaram coisas piores, esta é pisar uma linha vermelha só na política como eu a encaro e acho que a maioria das pessoas só com uma clareza muito objetiva onde é que está posto em causa aquilo que é a gestão honesta e correta por parte da Câmara, Depois, há aqui a questão dos eventos, estou muito habituado a falar sobre isto, parece que Leiria é o único município de Leiria que organiza eventos, vou dar alguns exemplos, Festival do Chocolate, em Óbidos é organizado por quem? Feira Medieval, em Santa Maria da Feira, a maior do país com 1,4 milhões de euros, Rali de Portugal a passar em Coimbra, sabem quanto é que custou? 600 mil euros, quem é que pagou? A câmara, Passagem de ano no Funchal, nem vale a pena dizer quanto é que custa, pois não? Dinheiro que se gasta em fogo de artifício, Óbidos Natal, é igual ao Leiria Cidade Natal. Bem, temos falado sobre alguns exemplos de vários partidos, não interessa bem, sobre a importância que os eventos representam hoje nas cidades e nos concelhos. Bem, nós podíamos voltar ao antigamente, onde víamos os leirienses dizer que nada acontecia em Leiria. Nós, felizmente, estamos a pagar dívida, felizmente já só somos só devemos 9 milhões de euros da construção do estádio, temos o nosso IMI a crescer, a nossa Derrama a crescer, significa que estamos com uma condição financeira que nos permite ainda fazer alguns destes eventos, no dia que não houver dinheiro para os fazer também não os fazemos. Agora, se tirar do nosso panorama cultural, desportivo aquilo que foi uma conquista dos últimos anos, ao qual eu sinto, dei uma quota-parte do meu contributo, e muitos destes eventos são eventos reprodutivos, vocês não reparam porque já não vão porque é mais fácil dizer que está tudo mal, não é? Mas quando se faz o Leiria Medieval sabem quem é que lucra com aquela atividade? São as associações que estão lá a vender os seus produtos. Quando temos a Feira de Leiria, que é um mês de atividade, aquela tenda de gastronomia gera lucro às associações que lá estão de, aproximadamente, 20 a 30 mil euros. Quando estamos a falar do Leiria sobre Rodas, nós impulsionamos a atividade económica ligada ao setor do automóvel das marcas e dos stands que estão lá colocados que gera centenas de milhares de euros de rendimento e de economia para empresas de Leiria, de todos os concessionários e, portanto, há quem goste e eu sinto, já estou habituado que a ser acusado muitas vezes que Leiria é só festa. Eu acho que Leiria é muito mais do que festa e nós temos muita obra para apresentar também, mas não podemos deixar de ter uma agenda cultural e uma agenda desportiva e uma agenda associativa que nos permite trabalhar em rede, era impossível fazer estes eventos pelo custo que fazemos se não tivéssemos uma grande rede de associações a apoiar-nos, as filarmónicas, os ranchos, as associações culturais, não se faz um festival gótico porque a câmara quer fazer um festival gótico, não, porque há entidades e há pessoas capazes de o fazer, não se faz um festival Beira Rio sem o trabalho do Orfeão. Todo este trabalho é feito*

*em rede, não é a câmara que tem o protagonismo, são as associações que têm o seu protagonismo e têm o seu lucro e, por isso sinto-me muito satisfeito que o nosso exemplo também sirva para desenvolver atividades e iniciativas nas próprias freguesias, hoje temos mais festivais de gastronomia em todas as freguesias, melhoraram o seu desempenho, muitos materiais que usamos nos nossos eventos nós cedemos ao recomendamos ou ajudamos a que eles tenham sucesso, têm vindo todos a crescer, todos a melhorar, hoje já se faz eventos de Natal em mais localidades do, do concelho com a nossa ajuda, com o nosso patrocínio através dos apoios que damos às juntas. Esta dinâmica cultural, acho que é uma mais-valia que não devemos nunca andar para trás no que diz respeito. Depois, assisti a um discurso, a uma intervenção do senhor deputado do PSD, o qual demonstra um profundo desconhecimento. 1º, o museu, Agromuseu D. Julinha não está ao abandono, nunca esteve, nunca estará, portanto, é mentira o que disse. Relativamente às compras dos terrenos do Vale do Lapedo já os comprámos, já são nossos, portanto, não há aqui dúvida sobre este tipo de aquisição e devia ter conhecimento disso. Depois, sobre a questão se temos ou não dinheiro para comprar e a opção de, deu o exemplo, não havia dinheiro para comprar um terreno para colocar o terminal rodoviário, o terminal rodoviário não pode ir para a Caranguejeira, não é? Tem que ficar em Leiria e terrenos em Leiria por 800 mil euros com dimensão, diga-me onde é que existe que a gente vai comprar para por o terminal, mas atenção, não o pode colocar muito longe porque também já percebemos que as pessoas querem o terminal relativamente central e eu pergunto qual é o terreno que o senhor deputado diz que podíamos comprar por 800 mil euros, uma vez que usou um exemplo que é mera demagogia e populismo ao qual já estamos habituados a assistir sempre que usa da palavra nesta Assembleia e, por isso recomendava vivamente, uma vez que hoje estamos dos dias das recomendações, que o senhor deputado se preparasse melhor nas suas intervenções para não mentir neste órgão, muito obrigado. Muito obrigado.”*

**(gravação impercetível)**

**Intervenção do Presidente em exercício**

**Transcrição:**

*“Obrigado, senhor Presidente.*

*Não é obrigado a responder a nada.”*

**Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

**Transcrição:**

**“Sim, são questões que não tenho aqui para responder, mas poderei enviar, nomeadamente as questões que indicou daquilo que é a valorização em termos de registo de valores associados aos, aos imóveis que estão a ser adquiridos, o IMI é rústico, o IMI é mínimo, não é? Portanto, não, este, este, vamos lá ver, já agora aproveito para esclarecer**

*porque acho que há ainda coisas para esclarecer. Bem, nós não comprámos uma coisa para construir como foi aqui dito, nós comprámos uma coisa feita, nós é como se tivéssemos comprado o Jardim de Almoínha já feito, custou 1,4 milhões de euros ou um Parque Verde, nós comprámos algo feito. Atenção, não há obra a fazer, o que há é a dinamização, não viram ali? Aquilo não é fantasia, aquilo foi um festival infantil, mas aquilo não era a Disney, não era um sonho, aquilo é uma realidade. Portanto, nós não estamos a comprá-lo para construir, nós comprámos algo construído e eu pergunto, tentem fazer um parque verde com 6 hectares e gastar 800 mil euros a ver se são capazes, com água, com um moinho, com árvores crescidas de grande porte todas bem cuidadas, com zonas iluminadas, com todas as infraestruturas de apoio em termos de casas de banho, energia e digam-me que se isso não vale 800 mil euros. Muito obrigado (**gravação impercetível**). Iniciámos um processo de compra, só depois desta votação e depois. Acho que já anunciaram que, mesmo sendo contra algumas coisas que iam viabilizar e, portanto, parte do princípio que vai passar.”*

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **43 votos a favor** (29-PS, 12-PSD, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT), com **3 votos contra** (1PCP, 1-IL, 1-CHEGA) e **1 abstenção** (1-Independente) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Aquisição dos imóveis que constituem a “Quinta do Faria”, sites entre os aglomerados urbanos do Vale da Catarino e Vale da Rosa, lugar de Caranguejeira, Freguesia da Caranguejeira, para o domínio privado do Município.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 8 - Proposta de criação da Polícia Municipal de Leiria e aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal de Leiria –**  
Apreciação, discussão e votação;

O Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Vereador Luís Lopes que efetuasse a apresentação do ponto.

Intervenção do Vereador Luís Lopes

Transcrição:

*"Senhor Presidente, cumprimentá-lo a si e a todos os presentes aqui e em casa.*

*Pedia então que passem a apresentação.*

*Relativamente ao ponto, ao ponto 8, e como penso que tiveram acesso aos documentos, certamente, apenas fazer um breve resumo daquilo que é então o regulamento e o quadro de pessoal da futura Polícia Municipal de Leiria, mas e também porque entendemos que é pertinente partilhar aquilo que foi quer a análise preliminar sobre o porquê de uma polícia municipal e qual é a realidade atual em Portugal das polícias municipais partilhar que,*



*atualmente em Portugal existem 38 polícias municipais com o regulamento aprovado, não significa que todas tenham efetivo à data de hoje, mas a grande maioria como se percebe por aquele mapa que partilhamos estão concentradas nas áreas metropolitanas no Algarve e algumas na região Centro sendo que no distrito de Leiria não existe nenhuma Polícia Municipal criada nesta, nesta data. Para além disso e como também se percebe rapidamente, para além dos anos de criação existe uma diversidade em termos de efetivo que nada tem a ver quer com a dimensão geográfica dos municípios, quer com o número de eleitores que é um fator que incide sobre a criação das polícias municipais que advém de diversos fatores, nomeadamente a capacidade de resposta ou não das forças de segurança, mas, acima de tudo da organização territorial e daquilo que são as competências e a função da própria Polícia Municipal que também é diversa relativamente aos regulamentos que consultámos. Aquilo que convém relevar é que no início deste processo reunimos previamente com a Polícia de Segurança Pública, com a Guarda Nacional Republicana para também perceber qual a leitura que têm sobre a existência ou não de uma polícia municipal neste território, a experiência que têm de outros municípios, uma vez que como sabem alguns dos oficiais que desempenham funções quer na GNR, quer na PSP e que estão atualmente em Leiria passaram por outros municípios que têm polícias municipais e era de todo relevante perceber qual a receptividade à criação de uma polícia municipal para as forças de segurança que já estão no território e eventuais contributos para que este processo se desenrolasse de forma perfeitamente compatível com aquilo que são as suas expectativas futuras e que nos pudessem ajudar também a identificar eventuais constrangimentos em todo este processo. Dito isto, aquilo que hoje trazemos e que, no fundo, é uma competência da Assembleia Municipal, que é a criação das polícias municipais, advém já de um trabalho prévio de alguns meses com inclusivamente visitas a algumas polícias municipais em exercício, Braga, Porto, Coimbra e outras para que, efetivamente, pudéssemos perceber quais os constrangimentos que ultrapassaram ao longo de alguns anos e, acima de tudo, estarmos preparados para termos algumas respostas prévias a este processo que agora estamos a desenvolver. Portanto, após este passo e assumindo que este regulamento e o quadro de pessoal serão aprovados aquilo que advém em termos de próximos passos é a formalização e seguinte à aprovação e ratificação por resolução do Conselho de Ministros. O que é que isto significa na prática, e também partilhar desde já que poderá ser uma das questões que pode daí advir, é que até 90% dos custos de instalação das polícias municipais são suportados pelo Governo através de um contrato-programa a celebrar com o município, isto significa também que o equipamento de proteção individual, o armamento, os veículos e o edifício a construir ou utilizar para o efeito de instalação da Polícia Municipal é elegível para os custos de financiamento no âmbito do contrato-programa. De forma muito resumida, uma vez que tiveram acesso ao documento,*

*dizer-vos ainda que as funções previstas numa polícia municipal e que é uma polícia administrativa, relevo isso desde o início, sempre temos colocado isso com muito ênfase, não é uma polícia criminal, tendo competências para fazer detenções e fazer recolha de prova, tal como consta das legislação atual, mas aquilo que releva da função da Polícia Municipal, efetivamente, tem a ver com a fiscalização dos regulamentos e normas quer do município, quer de âmbito nacional e outros que possam vir a ser criados e, obviamente, a colaboração pronta com as restantes forças de segurança que estejam implementadas no território. No nosso caso, sendo o âmbito territorial todo o concelho de Leiria com a Guarda Nacional Republicana e com a Polícia de Segurança Pública. Para além disso, e apenas para enumerar alguns, logicamente a vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, sejam detidos ou não pelo município, tudo aquilo que diz respeito à vigilância de transportes urbanos locais, entenda-se urbanos e interurbanos, e as intervenções que são conhecidas quer nos eventos, quer feiras e outros certames em espaço aberto e ainda a guarda de edifícios municipais com ou não recurso a vigilantes e a regulação e fiscalização de trânsito que é também uma das competências que se pretende que a polícia municipal leve a efeito. Em resumo, e agora cingimo-nos aquilo que são então quer a estrutura orgânica, que os dados referentes a Polícia Municipal de Leiria, o efetivo e, após a análise que como partilhei à pouco promovemos, quer das necessidades em termos de efetivo, quer daquilo que foi a análise feita com outros municípios com características idênticas ao concelho de Leiria, aquilo que se propõe é a criação de uma polícia com o respetivo comandante da Polícia Municipal, com 50 polícias e depois com um corpo técnico e administrativo composto por 2 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais. A área de atuação será todo o concelho de Leiria, portanto, a Polícia Municipal não terá apenas uma atuação na zona urbana, mas em todo o concelho o que, logicamente, significa que a interação com a GNR e a PSP tem que ser devidamente acautelada. Aproveito também para partilhar que aquele, aquela imagem, aquela heráldica que aqui apresentamos é a proposta que será feita para o símbolo da nossa Polícia Municipal que já foi trabalhada pela divisão de comunicação do município e, como percebem rapidamente, tem uma ligação lógica ao Castelo e às muralhas do nosso Castelo, a cor azul tem a ver com a cor da própria Polícia Municipal, portanto, já também um trabalho que agradeço aos nossos designers que quanto a mim está uma proposta muito bem conseguida. Ainda mais alguns dados relevantes e para concluir, as instalações, aquilo que estamos a estudar é a integração no edifício da avenida 22 de Maio, também conhecido como edifício da cooperativa, uma vez que temos na área atual utilizada pelos serviços já do município uma parte que está em bruto, digamos assim, e que tem essa área suficiente para a instalação quer da polícia, quer do armeiro, que é uma instalação obrigatória para a deposição do armamento, e que tem, e reúne também as condições de acessibilidade, que para fazer atendimento ao público, quer para estacionamento dos*

*veículos, tal como partilhamos aqui, e estes veículos têm a ver efetivamente com as competências e funções da Polícia Municipal, uma vez que sendo todo o concelho pretendesse, por exemplo, que a Polícia Municipal também tenha competências no âmbito do ambiente, da vigilância e deteção de incêndios e também em matéria de apoio a ações de Proteção Civil. Por último, dar nota ainda que já fizemos um levantamento de necessidades em termos de fardamento e equipamento individual e armamento e este, relativamente ao ponto de do armamento, dizer que é óbvio que é pretensão que a nossa Polícia Municipal tenha o armamento disponível à data em termos de legislação, uma vez que todos os relatos e todo o feedback que nos foi transmitido é que não é para uma utilização, mas que enquanto meio de dissuasão e a própria proteção dos agentes da Polícia Municipal é, sem dúvida, um recurso extremamente importante. Para concluir, dar nota ainda que do período de consulta pública do regulamento houve duas participações de uma associação sindical e de um sindicato que tinham a ver única e exclusivamente com a redação de alguns dos artigos e propostas que acolhemos para melhorar o regulamento da Polícia Municipal de Leiria e relativamente à apresentação do ponto é tudo ficando disponível para eventuais esclarecimentos.”*

**Intervenção do deputado Manuel Azenha - BE**

**Transcrição:**

*"Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda considera que a criação da Polícia Municipal de Leiria é uma consequência lógica do desenvolvimento e crescimento do concelho, razão pela qual à partida, só pela sua própria criação nada teremos a opor à mesma, no entanto, iremos abster, eu depois explicarei porquê. Esta criação da Polícia Municipal obedece ao mesmo paradigma da criação de uma empresa municipal de transportes públicos de passageiros que este Executivo teima entregar a privados, apesar de todos os indicadores apontarem no sentido contrário. A questão que eu aqui gostaria de colocar ao município é a seguinte, porquê, porquê o agora da criação desta Polícia Municipal? Porque não nos parece haver uma urgência, uma necessidade, pelo menos para já, da criação desta Polícia Municipal, isto porquê? Eu estou bem ciente da distinção que existe entre as competências da Polícia Municipal para a PSP, li o regulamento, vi que as funções que vão atribuir à Polícia Municipal são exatamente as mesmas que decorrem da Lei 29/2004, se não, se não estou em erro, e aí depois levantarei a questão pela qual eu me irei abster, é uma questão do meu partido e pessoal minha, e eu tenho receio, e digo-lhe isto com toda a frontalidade, eu tenho receio que a criação da Polícia Municipal nesta altura seja motivada, seja motivada por o estigma de um medo que é falso e que é irreal de que há uma criminalidade crescente porque Leiria continua a ser uma cidade segura e nós devemos todos congratular por isso, Leiria continua a ser uma cidade que tem pouco estacionamento, mas não tem um estacionamento selvagem, aliás, o maior parte dos carros que eu vejo em cima do passeio*

*são aqueles que os stands automóveis que a Câmara Municipal autoriza a que lá estejam. Assim, posto isto, posto isto eu não sinto que a, que a população de Leiria do concelho de Leiria tenha ou reivindique a necessidade da criação de uma política municipal se a política municipal servir apenas para estas duas vertentes que é a vertente da fiscalização dos regulamentos municipais e o estacionamento ao qual todos normalmente associam a passagem de multas a função da Polícia Municipal. E esta, esta motivação, o medo que eu tenho que a motivação seja pelos motivos errados, que não estejam a tentar secar outros temas de outros partidos um pouco mais populistas, isto porquê? E agora o porquê da minha abstenção, porque se não for para isto, porque se não for para isto, nós temos, e esta é a única questão pela qual eu não concordo com a criação da Polícia Municipal, é a atribuição de uma só função, é a função que consta, no nosso regulamento é o nº 4 do artigo 5º, e na lei, que é exatamente igual à lei, é do número 4 do artigo 3º, que é "a Polícia Municipal quando verifica que é cometido qualquer crime ter o poder de identificação revista e condução aos órgãos judiciais". Isto parece-me a mim enquanto jurista e enquanto pessoa que vai um bocado além das funções administrativas que uma Polícia Municipal deveria ter e é somente por eu achar que estas funções que irão ser atribuídas à polícia poderão extravasar um pouco aquilo que deveriam ser as competências de uma Polícia Municipal que o Bloco de Esquerda se irá abster. Muito obrigado."*

**Intervenção da deputada Joana Cartaxo**

**Transcrição:**

*"Boa noite, novamente.*

*Portanto, nós já falámos e, portanto, já tivemos aqui alguma intervenção em relação a este tema quando foi da apresentação, e muito bem, deste projeto atempadamente. Ainda assim, embora reitere bastantes coisas que, informações e, portanto, aquilo que o deputado Manuel Azenha veio aqui dizer, nós vamos votar contra apesar de sermos a favor de uma Polícia Municipal, mas somente com funções administrativas, portanto, nós não conseguimos aceitar que esta Polícia Municipal concretamente tenha o poder de uma Polícia de Segurança Pública ou de uma GNR ou de uma Polícia Judiciária e consideramos até que estas vão, vai se vai ser uma substituição daquilo que é a carência de aumentar estes, estes profissionais de segurança como a PSP, a GNR e a Polícia Judiciária e, portanto, achamos que, de facto, também não é, ou melhor, é mais um sinal de pouca valorização e dignificação destas, destas carreiras da segurança pública, portanto, só por isso é que vamos votar contra. Muito obrigada."*

**Intervenção do deputado Manuel Carreira – CDS-PP/MPT**

**Transcrição:**

*"Ora, no seguimento da comunicação anterior, eu gosto sempre de fazer propostas para a frente e nós tivemos ali o, o lema de Leiria e eu queria dizer uma coisa antes, nós não*

*estamos em guerra, o partido rir também diz que, de facto, não estamos em guerra, na Ucrânia não há guerra, mas há uma coisa que nós, neste momento, vivemos é o sentimento de insegurança, o sentimento do medo que alguém falava também e isto é uma realidade. Hoje o problema de ansiedade, a depressão dos medos tomaram conta de nós e isto tem a ver com as guerras. Neste sentido, penso que um novo reforço desta segurança e que possa minorizar também estes sentimentos de insegurança é bem-vindo, mas eu deixaria apenas uma pequena sugestão se é que isto também pode ajudar de alguma forma que é, nós temos na nossa cidade alguns brasões e nestes brasões nós temos duas cruzes, isto corresponde a 1545, quando Leiria se tornou diocese, e eu deixo esta sugestão ao designer, ponha lá duas cruzinhas se isso ajudar à nossa segurança ou à fé se for o caso. Obrigado.”*

**Intervenção do deputado Ley Garcia - PSD**

**Transcrição:**

*"Ley Garcia, PSD.*

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal em substituição, cumprimento-o e permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os que assistem a esta sessão.*

*Pelo que percebemos, de acordo com o site do município, a decisão de criar uma Polícia Municipal tem por objetivo continuar a garantir o sentimento de segurança à população e resulta do aumento da pequena criminalidade.*

*Efetivamente, resultante ou não de algumas medidas da governação socialista dos últimos anos, tem-se verificado o aumento da criminalidade, nomeadamente em Leiria, conforme referido em briefings da PSP e da GNR e até agora nas comemorações dos 150 anos do Comando Distrital da PSP de Leiria. Como a Polícia Municipal não tem propriamente competências de segurança pública, surgem algumas dúvidas se a sua criação atingirá o objetivo desejado.*

*Como concordarmos ou não com a proposta de criação da Polícia Municipal estará muito relacionado com o Regulamento de organização e funcionamento da mesma, foi sobre este que nos debruçamos para a tomada de decisão do sentido de voto.*

*Não obstante este Regulamento ser, sobretudo, uma transcrição das leis existentes, este Regulamento poderia ter algumas melhorias, de que são exemplo:*

- Na alínea a) do nº 1 do Artº 18º, "O direito de acesso e livre-trânsito", não percebemos porque é que omitiram "os espaços públicos", ou seja, deveria ficar antes "O direito de acesso aos espaços públicos e livre-trânsito" para que algum Agente não pense que tem o direito de aceder ao espaço privado;*
- Na alínea b) do nº 1 do Artº 21º "Não comer nem beber em público, enquanto se mantiverem em serviço", provavelmente ficaria mais correto "Não comer nem beber em público, fora dos locais apropriados, enquanto se mantiverem em serviço" pois, em caso de emergência, poderão ter de estar de serviço muitas horas seguidas;*



- No nº 2 do Artº 26º, seria mais correto estar "É proibido o uso de qualquer peça do uniforme fora de serviço" do que "É proibido o uso de qualquer peça do uniforme fora do horário de serviço" porque o Agente pode ter de estar de serviço para além do horário de serviço, ou pode querer ir para casa fardado, fora do horário de serviço;
- No Artº 29º, quando diz "O boné deve ser utilizado permanentemente e segundo as regras sociais", seria preferível substituir a palavra "permanentemente", por "sempre que estiver em espaços descobertos", pois permanentemente significa sempre, o que choca com as regras sociais, em que as pessoas não devem usar boné se estiverem em espaços cobertos, como igrejas, habitações, etc.

Contudo, como não demos os contributos no prazo fixado para a constituição de interessados e a apresentação de contributos para a elaboração deste Regulamento, agora também não podemos criticar estes pormenores.

Mas quanto à sua essência, não podemos deixar de observar o espírito essencialmente repressor que este regulamento tem, o que se reflete em expressões como: "Fiscalização do cumprimento", "Execução coerciva", "Assegurar a execução coerciva". Lamentamos que não tenha também expressões que conotem a Polícia Municipal como uma força que também está ao serviço do cidadão para o ajudar enquanto peão, enquanto condutor ou mesmo como simples cidadão. Aliás, ter um artigo (8º) "Competências específicas no domínio do estacionamento de veículos e da circulação rodoviária", assim como uma série de funções de fiscalização, pode levar o cidadão a pensar que esta Polícia vai ser criada principalmente para andar a multar os condutores e os comerciantes. Será muito importante, por isso, que se aproveitem melhores os espaços possíveis para estacionamentos para se atenuar o problema de falta de estacionamento que a cidade tem. Por outro lado, pensar-se que a Polícia Municipal vai servir para aumentar a segurança pública talvez seja uma ilusão, já que as competências que a mesma tem não lhe permitem agir com uma força de segurança, salvo em casos muito específicos. Melhor do que criar uma Polícia Municipal, praticamente só com competências administrativas, seria reforçar a PSP em Leiria, esta sim um a força de segurança pública, mas acreditamos que tal reforço, pelo menos de maneira significativa, não seja efetuado não obstante o aumento da criminalidade itinerante e de Leiria ser o 4º distrito com maior criminalidade pelo que a criação da Polícia Municipal poderá ter algumas vantagens quanto mais não seja libertar a PSP de algumas tarefas administrativas e também melhorar a fiscalização. Por isso, e como é um desejo do Executivo num processo já muito avançado com bastante trabalho e também acreditamos que grande parte da população também o deseja, votaremos a favor. Boa noite."

**Intervenção do deputado Manuel Cruz – PS**

Transcrição:

*"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que na sua pessoa cumprimente todas os presentes e também aqueles que nos seguem nas redes sociais.*

*Eu gostaria aqui de convidar, não sou muito bom a contar histórias, mas uma pequena história sobre segurança que um emir aí de um pequeno país sentia-se ameaçado, todos os dias tinha ameaças e não saía à rua, estava preso no seu, no seu castelo, na sua casa. Contratou um especialista em segurança a peso de ouro para o proteger e ele disse, aceito se aceitar as condições que vou impor para as deslocações. para a sua segurança. Um ano depois o emir chamou o consultor e disse: "Eu decidi cortar-lhe a cabeça porque eu paguei o peso de ouro e não aconteceu nada". Ele diz; "Mas, emir, só não aconteceu porque o meu trabalho foi útil, por isso é que o senhor não sentiu nada."*

*Senhores deputados, desde o início do século XXI, a vinculação das pessoas a uma determinada região tem evoluído de uma forma muito acentuada. As pessoas movimentam-se entre continentes, países e dentro do próprio país, pela facilidade e acessibilidade a diversos meios de transporte. Os desequilíbrios socioeconómicos, de instabilidade social e de liberdade, levam as pessoas a procurar países que reconhecem de elevada proteção social, de proteção à família, e com SEGURANÇA (quer de pessoas quer de bens), na procura de uma vida melhor.*

*Portugal tem sido um dos países de reconhecida abertura e proteção aos migrantes. Os números oficiais mostram que 10% da população residente são pessoas oriundas de outros países, e números não oficiais serão aproximam-nos dos de 20%.*

*A prova disso é que 25% dos nascimentos em Portugal durante o ano de 2023 tem como país emigrantes.*

*Pessoas cujas sociedades, cultura, crença, anseios e modus de vida são muito diferentes da nossa, param não dizer totalmente diferentes. Muitos destes, correlacionados connosco apenas têm a mesma base linguística.*

*Se a estes números somarmos as pessoas de estadias curtas com origem no estrangeiro, férias e lazer (19 milhões de turistas em 2023, responsáveis por 31 milhões de dormidas) temos 85 000 visitantes por dia a percorrer o país.*

*Se a estes voltarmos a somar os imigrantes (os deslocados internos só em turismo), a população em movimentação diária aproxima-se das 220 000 pessoas.*

*As sociedades estão numa transformação contínua e profunda.*

*As redes digitais de comunicação e informação ao seu dispor são fatores aceleradores à sua transformação.*

*Reconhecemos que Leiria não é um dos centros mais procurados, mas tem nas proximidades um dos maiores centros de atração turística. Fátima que em 2024 se aproximou dos 7 milhões de visitantes. Leiria, embora não tenha condições de retenção de*

*peças por mais de um dia, recebe um muito significativo de peças em movimento intralocais. Números oficiais de 2023 referem cerca de 3 000 visitantes diários.*

*Leiria, município tem 128 mil habitantes. Se a estes somarmos, dados não oficiais, mais de 12 000 migrantes, 10% da população (emigrantes e imigrantes) a população do concelho aproximar-se-á dos 150 mil habitantes.*

*As delegações de poderes de gestão e controlo, que tem sido e estão em curso do governo central para municípios, tem transformado os governos locais em centros de decisão com capacidade de definir estratégias a longo prazo, com os meios e a responsabilidade de uma governação que cada vez mais se aproxima de uma real autonomia.*

*Autonomia que obriga a mais responsabilidade*

*Responsabilidade que é inerente a cada uma das peças do executivo, como primeiros e últimos responsáveis e por tal tem de responder perante os diversos órgãos de fiscalização dos seus atos ou omissões verificadas.*

*Os governos locais, além de outras, têm uma grande lacuna na gestão ou influência nas forças de segurança para o território que está sobre sua gestão. Sob a sua responsabilidade.*

*As forças de segurança existente no nosso concelho, não dependem nem estão sujeitas aos objetivos do município. Recebem instruções e objetivos diretamente do comando nacional, que nem sempre correspondem às necessidades locais. Os meios ao seu dispor, quer humanos quer materiais, obrigando a deslocações de agentes e meios inter-regiões, deixando por vezes a nossa região meios sem capacidade de resposta quer a eventos programados e muito mais vezes a "incidentes" imediatos.*

*A transformação profunda da sociedade e a autonomia que obriga a mais responsabilidade, são entre outros dois fatores que obrigam a procurar novas formas de fiscalização e segurança*

*Leiria ao propor a criação de uma força de segurança municipal, está a colmatar não só uma necessidade absoluta de ter de objetivos estratégicos e de segurança, quer no cumprimento dos regulamentos municipais, no cumprimento das leis e regulamentos rodoviários, na segurança das peças e seus bens em toda a sua área de jurisdição. O Município de Leiria.*

*Ao criar a força de segurança municipal, o executivo (este e os vindouros) criam uma responsabilidade acrescida. Não se podem escusar na inoperância das forças de segurança nacionais ao dispor no nosso concelho.*

*Neste caso, como está referenciado no Regulamento agora em discussão por esta assembleia, o Presidente do Município em exercício é o primeiro responsável pela definição dos objetivos e meios de modo a garantir a operacionalidade da polícia municipal. É o responsável por definir estratégias, e , politicamente, tem a responsabilidade pela sua operacionalidade e serviços prestados.*

*Uma força de segurança municipal além de obedecer à legislação em vigor, obriga e uma seleção, preparação especial tendo como objetivo a formação especializada das pessoas que compõe este corpo.*

*A seleção será efetuada tendo não só as capacidades físicas dos candidatos, mas muito especialmente e principalmente as suas competências pessoais e psicológicas sendo submetidos a rigorosos testes psicotécnicos a credenciada.*

*Passadas nesta primeira bateria de testes, os selecionados passarão 6 meses em formação. Dois meses de formação administrativa na academia FEFAL-Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais, seguido de 4 meses nas EPP – Escola de polícia em Torres Novas. Ou seja, serão submetidos a uma formação similar à PSP.*

*Vencidas estas etapas com aproveitamento, os selecionados irão estagiar durante seis meses para uma das formações de Polícia Municipal. Em princípio, irão estagiar junto da Polícia Municipal de Coimbra.*

*A criação deste corpo de polícia obedeceu a um período de consulta pública, tendo recebido das organizações representantes das forças de segurança propostas de alteração à redação de alguns artigos o que foi aceite e está refletido no documento que agora se apresenta a esta assembleia.*

*Mas mais ainda, o Executivo procedeu a reuniões com as diversas forças de segurança sediadas no nosso concelho, tendo recebido de todas elas o apoio inequívoco à constituição desta força e ao seu regulamento.*

*Os objetivos desta força de segurança não colidem nem concorrem diretamente com a missão e atribuições das outras forças de segurança já existentes. Completam-se  
É dentro desta complementaridade que a sua ação plasmada, de forma clara e objetiva, no regulamento agora em discussão, que está a razão objetiva da sua existência, logo a razão da sua criação.*

*A polícia Municipal de Leiria tem uma estrutura própria e responde diretamente perante o Presidente do Município.*

*As suas regras, deveres e responsabilidades, assim como o modo de atuação, apresentação e respeito pela integridade do cidadão, está claramente plasmado no regulamento apresentado a esta Assembleia.*

*Enquanto deputados eleitos, no cumprimento dos compromissos que assumimos perante os LEIRIENSES no momento da nossa eleição, cabe-nos a nós;*

- a responsabilidade de zelar pela sua integridade,*
- a responsabilidade garantir dos seus direitos e deveres,*
- a responsabilidade do exercício da sua liberdade,*
- a responsabilidade de uma sociedade segura.*

*A Aprovação deste Regulamento, É UM DEVER NOSSO. Disse.”*



### Intervenção do Vereador Luís Lopes

#### Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente.

*De forma muito objetiva e contribuindo para o esclarecimento de algumas questões que foram aqui elencadas começar por uma coisa que acho que foi muito óbvia, nós tivemos duas intervenções a dizer que temos uma polícia demasiado severa e uma a dizer que é uma polícia administrativa, portanto, há aqui alguma coisa que realmente não bate certo, mas espera agora conseguir esclarecer de alguma forma estas, esta visão, esta análise que foi feita, mas permitam-me começar pelo seguinte que é importante, isto é algo que já começámos a trabalhar como disse há alguns meses e que permite antecipar aquilo que será as necessidades de futuro, portanto, quando às vezes se diz que falta planeamento, falta antecipação, faltam uma série de coisas esta é uma demonstração clara que nós não vamos ter uma Polícia Municipal daqui a um mês, portanto, este ato que hoje aqui vamos configurar é o início de algo que se correr tudo como nós esperamos em 2026 teremos a Polícia Municipal de Leiria com capacidade para estar na rua, portanto, estamos a falar de praticamente 2 anos, o que significa que em 2 anos muita coisa vai acontecer e quando nós tomamos uma decisão destas e, como referi há bocado, com os contributos da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana que, como também é público, estão a reduzir o seu efetivo por razões que são mais do que conhecidas, não vamos sinceramente estar à espera que depois chegamos a um ponto de não retorno e depois seja o inverso que é "e agora que é que fazemos?" Portanto, antes que chegue a esse ponto de não retorno, nós estamos a ser pró-ativos e a tomar decisões responsáveis para aquilo que é o futuro e a tal perceção de segurança que aqui foi muito bem trazida para Leiria é uma cidade segura e nós queremos que continue a ser uma cidade segura, portanto, quando falamos de planeamento, antecipação, é isso que estamos a fazer e é isso que vamos continuar a fazer certamente. Depois, sobre as intervenções da Polícia Municipal, efetivamente não é um órgão de polícia criminal, isso é clarinho, não têm competências de órgão de polícia criminal, portanto, a grande maioria das intervenções, o core da PSP e da GNR, a Polícia Municipal não vai fazer e aquilo que nos permite é libertar a PSP e a GNR para aquilo que são efetivamente a grande preocupação das pessoas, quando digo as pessoas todos nós certamente, que é a criminalidade grave e violenta e aqui um esclarecimento, o distrito de Leiria aumentou a criminalidade geral, e grave e violenta, o distrito de Leiria. O concelho de Leiria aumentou a criminalidade geral, mas diminuiu a criminalidade grave e violenta, portanto, também é conveniente quando nós dizemos isto desta forma e até porque nos 150 anos da PSP, o senhor comandante distrital fez questão de referir isso e por isso é que nós já convocámos um Conselho Municipal de segurança para que isto seja claro. Por um lado, se calhar, temos mais policiamento e mais ações e*



*por outro também estamos a incidir naquilo que são as ações corretas e aqui congratular, obviamente, a PSP e a GNR. Tudo o resto tem o contributo de todos nós, certamente que sim, quando digo todos nós é cada um a título individual e não do município. Depois, algumas situações relevantes, se nós temos maior atividade no concelho e se precisamos de ter mais olhos em permanência em todas estas atividades é evidente que uma das noções claras que a PSP e GNR têm é que qualquer reforço da sua capacidade de dissuasão, ou seja, o facto de haver uma farda nestes espaços é uma ferramenta de dissuasão e controlo do espaço, ponto, isto é mais do que conhecido, não é uma prestação empírica que nós e*

*stamos aqui a falar, tivemos o cuidado de recolher estes testemunhos de quem tem estas diferentes realidades e quem evoluiu nesse sentido. Depois, há aqui algo que para nós também é extremamente importante que é o rigor, a disciplina, a competência e o profissionalismo é aquilo que se espera de uma polícia, portanto, a competência da educação, da sensibilização é lógico que é inerente, mas aquilo que nós esperamos de uma Polícia Municipal é precisamente aquilo que disse antes disso porque tudo o resto, os serviços de fiscalização do município, o serviço municipal de vigilância ambiental e uma série de outras unidades que já têm estas competências irão continuar a desenvolver **isso** mesmo. Por último, há aqui algo que é absolutamente crucial que tem a ver efetivamente com esta lógica do que é uma polícia administrativa, que pode fazer a identificação e a detenção, pode, para entregar um órgão de polícia criminal, não vai levar ninguém para uma cela dentro das instalações de uma Polícia Municipal, isso não existe, mas a identificação no local, a recolha de prova e entregar esta informação é absolutamente crucial para o sucesso de um processo de investigação criminal e foi isso também que a PSP e a GNR nos referiram como um dos momentos mais importantes e que muitas vezes fica aquém da sua capacidade de resposta. Por último e mesmo para concluir, dar nota que relativamente àquilo que já contempla integrar e efetuar, partilhar que a futura central municipal de operações de socorro já contempla a integração da Polícia Municipal de Leiria, ou seja, o sítio onde nós temos sentados o Serviço Municipal de Proteção Civil, os bombeiros, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, a GNR, a PSP e com a informação que estão dos sistemas que estão a ser implementados, Smart City, monitorizações, sensorização, etc. é este o caminho que estamos a seguir e é esse também o caminho de muitas das cidades nacionais, europeias e internacionais é esse o caminho que estamos a fazer já com o investimento feito. Permitam-me ainda dar nota que não parámos de apoiar a PSP e a GNR, pelo contrário, vamos continuar a fazê-lo sempre que para tal sejam solicitados, quer com equipamentos, quer com veículos, quer com o reforço do sistema de videovigilância que estamos a fazer neste momento, passar de 19 para 61 câmaras, e o nosso sistema de videovigilância já, e é orçamento puramente*

*municipal, é um custo superior a 1 milhão de euros. Os veículos que foram cedidos para a Escola Segura, para o comércio seguro, o município irá continuar a garantir essas condições, irá, como foi apresentado no aniversário agora dos 150 anos da PSP, uma equipa de reação imediata, através de agentes treinados para o efeito, o município disponibilizou-se para a cedência das motorizadas que eles precisam para exercer esta função, portanto, isto para dizer o quê, não estamos a abdicar do compromisso com a GNR e com a PSP, pelo contrário, a Polícia Municipal de Leiria será um complemento à sua atividade até porque, e isto é público, também sabem, em Lisboa não há uma intervenção em que só apareça a Polícia Municipal de Lisboa e a PSP, as intervenções são complementares porque elas não se substituem uma à outra, complementam-se e aqui não será diferente. Muito obrigado.”*

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **45 votos a favor** (30-PS, 12-PSD, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente), **2 votos contra** (1-PCP, 1-IL) e **1 abstenção** (1-BE) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Proposta de criação da Polícia Municipal de Leiria e aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal de Leiria.**

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

##### **Intervenção do deputado Manuel Azenha – BE**

##### **Transcrição:**

*"Senhor Presidente, senhor Vereador, a discussão do nº 4 do artigo 5º do regulamento é muito mais profunda e não pode ser levada com alguma, permita-me a expressão sem qualquer ofensa, ligeireza com que aqui foi levada. O artigo 26º, nº 1 da Constituição da República diz "a todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação". Quando a polícia, a PSP, GNR, quando uma polícia é criada tem uma razão histórica e tem limites e tem uma hierarquia que tem como fundamento o respeito da, da personalidade. Quando é criada uma Polícia Municipal cuja função é meramente administrativa, mas que lhe é permitido pedir-me quando, quando detetam que é a Polícia Municipal que vai dizer "este senhor está a cometer um crime", é ela que vai decidir se eu estou ou não a cometer um crime e perante essa decisão que é só dela vai-lhe ser permitido revistar-me, pedir a minha identificação e conduzir-me a uma polícia, a um órgão judicial, quando eu estou a ser conduzido a um órgão judicial estou a ser privado da minha liberdade, por isso é que esta discussão é um bocado mais profunda e deveria ser mais aprofundado e por isso é que o Bloco de Esquerda, daí esta declaração de voto se absteve, é que o Bloco de Esquerda é a favor de toda, todas e quaisquer competências administrativas dadas a uma Polícia Municipal, mas este, esta competência*

*que lhe é dada por este número neste artigo extravasa em muito e carece de uma discussão muito mais aprofundada que vai desde a história da criação da própria polícia. Muito obrigado.”*

\*\*\*\*\*

**Ponto 9 – Projetos de Interesse Estratégico. Critérios para efeito de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse estratégico municipal no âmbito do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) -** Apreciação, discussão e votação;

O **Presidente da Câmara Municipal** pediu ao Vereador Ricardo Santos que efetuasse a apresentação do ponto.

**Intervenção do Vereador Ricardo Santos**

Transcrição:

*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

*Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia em exercício e na sua pessoa todos os presentes aqui e lá em casa.*

*Este assunto decorre em 1ª instância de uma aprovação da resolução do Conselho de Ministros de 22 de abril, os vários planos de gestão de riscos de inundação das bacias em todo o país, neste caso concreto, o que está em causa é dentro do concelho da bacia do Lis e do Lena e seus principais afluentes, nomeadamente a ribeira da Carreira, a Ribeira dos Milagres, também a ribeira do Sirol, portanto, são as principais ribeiras deste, deste concelho que poderão estar aqui condicionadas no que toca ao desenvolvimento de operações urbanísticas nestas, nestas manchas. Com a aprovação do plano de gestão de riscos de inundação foram definidos inicialmente 5 níveis de risco de inundação recentemente e já em Maio deste ano, a APA decidiu reduzir esses níveis de risco para 3, ou seja, de alta, média e baixo risco de inundação e em função dos níveis de risco, em função do tipo de solo e em função da operação urbanística que se pretenda desenvolver poderá haver a necessidade de o promotor ou do requerente apresentar uma declaração de reconhecimento de interesse municipal. Para obter essa declaração de interesse municipal e à semelhança daquilo que já esta Assembleia deliberou há uns anos no que toca aos empreendimentos de carácter estratégico no âmbito do PDM também aqui nesta, nesta matéria aquilo que se está a propor é a criação de uma matriz de ponderação com critérios de índole quer ambiental, quer do ponto de vista do ordenamento do território, do ponto de vista social e também na, na área económica e também do ponto de vista urbanístico, nós pontuarmos aquilo que é a operação urbanística em função do eventual risco de inundação, portanto, considerou-se que era a forma mais clara, mais transparente no sentido de declarar o efetivo interesse municipal, portanto, aquilo que se apresenta aqui*

*neste ponto é uma proposta de pontuação para um conjunto de critérios, critérios estes e a sua respetiva pontuação que foram definidos pelos vários serviços do município, nomeadamente a divisão ou o departamento de planeamento urbanístico também a divisão de trânsito que chegaram com estes valores propostos para atribuição destes critérios e, portanto, é isso que está aqui em discussão. Só para, só para esclarecer que a competência em matéria de licenciamento mesmo dentro destas zonas que estão definidas de nível baixo, médio ou alto risco de inundação, essa competência continua a ser do município, no entanto, há aqui uma necessidade ou obrigatoriedade por parte da APA de emitir um parecer favorável ou desfavorável em função desta questão relativamente ao risco de inundação. Muito obrigado.”*

#### **Intervenção do deputado Manuel Azenha**

##### **Transcrição:**

*"Senhor Presidente, caros deputados, relativamente a este ponto vamos esquecer o plano de gestão dos riscos de inundação porque esse plano de gestão de riscos de inundação apenas consta de um ponto que remete exatamente para o quadro 7 do anexo 9 da Resolução do Conselho de Ministros, ou seja, limita-se a remeter para lá e ficamos com esse assunto deste plano do risco de inundações arrumado no que a este reconhecimento de interesse estratégico diz respeito. O que aconteceu aqui foi o aproveitamento por parte do município, e bem, para uma alteração, uma alteração muito significativa à matriz que tínhamos até então para a qualificação de estes projetos. O que eu quero dizer com isto é que uma coisa não tem nada a ver com a outra, ou seja, o plano de inundação apenas remete e depois acabou e depois com base, não com base neste plano de inundação altera-se todo um quadro matriz e com a alteração desse quadro matriz, convém dizer, existe aqui, há um avanço, há aqui um avanço na medida em que os critérios de atribuição dos pontos relativamente a esse quadro passam a ser um pouco mais apertados do que aquilo que era isso deve-se dizer é uma realidade, são introduzidos inclusive novos critérios referentes à descarbonização, às alterações climáticas e à sustentabilidade ambiental o que também é uma alteração importante e significativa. Qual é aqui o nosso problema de sempre? O nosso problema de sempre é que nós quando estamos a falar destes reconhecimentos de interesse estratégico convém nunca esquecer que estamos a falar a exceções do PDM, questões que violam o nosso PDM e que este reconhecimento permite que sejam operadas. Partindo desse pressuposto é importante salientar que o novo quadro que também agora nos é apresentado é um quadro que como apesar de ter critérios mais restritivos, mais amigos do ambiente, é um quadro que permite a qualquer e toda a empresa que pertence a este reconhecimento obter com uma facilidade extrema os 70 pontos necessários porque 30 pontos, por exemplo, são logo atribuídos quando se consegue obedecer cumulativamente a 3 critérios de um conjunto de 13, é um conjunto de 13 sendo*

*um deles a criação mínima de 10 postos de trabalho diretos, ora como este investimento pressupõe sempre um investimento superior a 1 milhão penso que isto estará mais do que garantido, projetos que não representem risco acrescido para o bem-estar animal ou projetos com potencial efeito de arrastamento para outros investimentos, temos aqui 3 critérios que qualquer empresa cumpre, têm logo aqui 30 pontos reconhecidos. Depois, temos, constituir uma mais-valia para a construção de infraestruturas ou equipamentos essenciais de interesse coletivo ou programadas pela autarquia, mais 12 pontos. Temos também, demonstrar a inviabilização de implantação da iniciativa noutra local, mais 14 pontos, isto vai-se repetindo, ou seja, os 70 pontos, como já acontecia no quadro anterior, são facilmente alcançáveis, nós não concordamos com a aplicação destes quadros matriz, esta resolução deste Conselho de Ministros está inserida nos PIN's nos PE's, no que for, nós temos bem conhecimento o que é que estes projetos de interesse nacional que estão aqui mais restritos deram, nomeadamente na, na Comporta, na Herdade do Pinheirinho, toda a gente sabe o que é que isto deu, estas exceções, o que é que estas exceções permitem, que não estou a dizer de maneira nenhuma que seja o caso dos nossos reconhecimentos de interesse estratégico de Leiria, não obstante, reduzir isto a um quadro matriz da forma como está o Bloco de Esquerda nunca poderá concordar porque, voltamos a repetir, trata-se de uma violação ao PDM, uma exceção desta magnitude que permite a estas empresas de interesses estratégico deveria ter muito mais restrições do que aquelas que têm, designadamente o estudo de impacto ambiental coisa que é sempre substituída, como vocês sabem, pela consulta pública que tem zero participações e nesse sentido iremos votar contra. Muito obrigado."*

**Intervenção do deputado Paulo Pedro – PS**

**Transcrição:**

*"Paulo Pedro, Partido Socialista.*

*Suscitou-me agora uma dúvida a intervenção do deputado Manuel Azenha, suscitou-me uma dúvida que é a seguinte, de facto, aquilo que me parece é que esta grelha não vem inviabilizar ou invalidar a grelha que tínhamos anteriormente, aquilo que me parece, e eu peço ao senhor vereador que nos esclareça depois, é que esta grelha só tem função na questão, no âmbito, diz aqui claramente logo no epígrafe, no âmbito do plano de gestão de riscos de inundações, a outra grelha mantém-se para as questões que, que advêm de nomeadamente REN e RAN, esta questão de inundações é esta grelha. Não, não é no âmbito da violação do PDM, o PDM mantém-se na mesma, aliás, com as alterações que hão de vir hoje aí, que são obrigatórias, decorrem da lei, mas nesta questão é em espaços que estejam abrangidos por qualquer uma das classificações deste plano de, de gestão de riscos de inundações e, portanto, não invalida a outra grelha, isto é só uma grelha de apoio aos serviços camarários para poderem depois mandar, provavelmente não é para aqui, será,*

*não será para a Assembleia Municipal, neste caso será para a APA já com uma classificação dada atribuída inicialmente. Obrigado.”*

### **Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

#### **Transcrição:**

*“É exatamente aquilo que o senhor deputado Paulo Pedro disse, portanto, esta matriz não retira à anterior matriz, portanto, esta é exclusivamente para efeitos de projetos e intervenções em que o plano de gestão de risco e inundações representa perigo, portanto, nós vamos ter de transpor os mapas de perigo de inundação para os instrumentos de planeamento, ou seja, os planos de pormenor ou os PDM’s, depois, ao colar esse mapa de risco de inundação, e o risco de inundação é diferente daquilo que é o conceito que eu também pensava no início de drenagens de águas, ou seja, dias de muita chuva e em que a água vem por encostas abaixo isso poderia representar uma zona inundável. O que nós estamos a falar no de risco inundação é sobretudo na bacia do Lis e, portanto, o perigo que existe em o rio transbordar e inundar uma cidade ou as diversas zonas, sobretudo a cidade e, portanto, estão identificadas as zonas onde esse risco terá que ser evitado. Para que hajam projetos junto a essas zonas de risco que não fiquem inviabilizados a sua construção, a exemplos daquilo que acontece sobretudo na zona mais próxima do rio que já está muito ocupada e que, efetivamente, em caso de inundação temos que garantir que esse risco não aconteça, é necessário reconhecer em determinado tipo de projetos que eles poderão avançar tendo em conta a sua valia estratégica e para não inviabilizar esses projetos é necessário que haja um pedido e o reconhecimento que vale a pena investir isto desde que fique salvaguardado que não acrescenta perigos de inundação e, portanto, os perigos, se a construção não afetar aquilo que é o normal funcionamento do rio poderá ser aprovado, desde que tenha este critério, este critério, esta matriz conhecida, no entanto, caberá sempre em última análise, depois de reconhecer o interesse, este projeto só será viável depois de analisado pela entidade competente que será a APA, portanto, esta declaração de interesse estratégico é apenas a chave que abre a porta para que a APA possa analisar projetos deste, desta natureza que, em princípio serão aqueles que poderão surgir junto ao rio Lis, sobretudo na zona mais urbana e, portanto, estamos aqui já a antever alguns projetos que temos conhecimento que vão lá tocar, curiosamente, o Aqua Polis que foi aqui tão debatido está fora da zona de inundação, pronto, ainda bem. **(gravação impercetível)** A Assembleia Municipal espero que não senão os senhores deputados teriam que ir de barco para a Assembleia e a gente não quer. (gravação impercetível) Não, não, a Assembleia Municipal, o edifício já existe, não é? Nós não vamos transformá-lo, o que já existe já não há problema em termos de licenciamento, não vamos deitar abaixo para, e a verdade é que a Assembleia Municipal até tem algumas valências de proteção caso se o rio transbordar para aquela margem tem o jardim da Almoínha para servir de embate, não é? E, portanto,*

*nunca chegará à futura Assembleia Municipal, ao auditório onde os senhores deputados num dia de chuva poderão correr o risco de ficar debaixo de água, a gente não quer.”*

**(Presidente em exercício - Obrigado senhor Presidente, vamos esperar que a Assembleia Municipal não vá de botins para lá, mas que vá para lá.)**

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 9** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (30-PS, 12-PSD, 1-PCP, 1-IL, 1-CDS-PP/MPT, 1-Independente) e **2 votos contra** (1-BE, 1-CHEGA) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente aos **Projetos de Interesse Estratégico. Critérios para efeito de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse estratégico municipal no âmbito do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI).**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10 - Requalificação da Escola Básica 2º e 3º Ciclos D. Dinis- Leiria- Reescalamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros (T- 11/2020) / DLB nº 656/24 -** Apreciação, discussão e votação;  
**Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

*Portanto, consiste também na modificação daquilo que é o planeamento da execução da obra. Em alguns casos estamos a colocar as obras em atraso e passamos de verbas para anos futuros. Neste caso, estamos a antecipar investimentos ou execuções futuras para anos mais próximos, nomeadamente, o ano de 2024 e 202. Muito obrigado.”*

**Intervenção do deputado Fernando Elias - PS**

Transcrição:

*"Muito boa noite. Fernando Elias, deputado do PS.*

*Nas pessoas do Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício e do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, cumprimento todos presentes nesta sala e os que nos acompanham online.*

*A requalificação da Escola Básica 2º e 3º Ciclos D. Dinis, em Leiria, foi objeto de um concurso público publicado em sede do Diário da República, com um investimento base de 7,3 milhões de euros e um prazo de execução de 660 dias.*

*A requalificação foi considerada uma obra necessária para melhorar as condições da escola e ampliar o espaço, dando resposta à densidade populacional da zona urbana de Leiria e reforça a política de investimento na requalificação do parque escolar do nosso Concelho que tem sido promovida pela Câmara Municipal de Leiria.*

*As obras têm decorrido a bom ritmo, o que permitiu antecipar trabalhos, pelo bom desempenho. Logo, é preciso antecipar os custos que já estavam previstos para uma fase posterior.*

*Habitualmente estas matérias vêm aqui à Assembleia Municipal por atrasos na sua execução. O que não é o caso.*

*O trabalho muito positivo do empreiteiro, a qualidade do projeto, o período de férias dos alunos e a capacidade de execução da obra exigem esta antecipação, determinando e justificando assim a necessidade do reescalonamento de compromissos contratuais com deferimento de encargos para os anos futuros.*

*Entre a expectativa e a realidade, no domínio da política de investimento na Educação em geral e na melhoria da qualidade do parque escolar, em particular, há um caminho de sucesso, eficaz, de obra feita a bem do interesse comum.*

*Isto não é festa, mas é digno que se celebre!!! Por isso é que nós devemos estar orgulhosos deste trabalho. Bem, é um exemplo vivo Leiria sobre rodas. Viva a educação no concelho de Leiria. Tenho dito.”*

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Requalificação da Escola Básica 2º e 3º Ciclos D. Dinis- Leiria- Reescalonamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros (T- 11/2020)**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 11 - Alteração ao Regulamento do Concurso Internacional de Composição Musical de Leiria - Jazz e Música Erudita** - Apreciação, discussão e votação;

**Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

**Transcrição:**

*"Obrigado, senhor Presidente.*

*Tem uma alteração mínima aquilo que é o tipo de formação musical que pode participar neste concurso, portanto, decorre aqui de uma correção que estamos a propor.”*

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 11** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (30-PS, 12-PSD, 1-BE, 1-PCP, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente) e **1 abstenção** (1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Alteração ao Regulamento do Concurso Internacional de Composição Musical de Leiria - Jazz e Música Erudita**.

\*\*\*\*\*

## **Ponto 12 - Juntas de Freguesia:**

O **Presidente em exercício** sugeriu a discussão do ponto em conjunto fazendo-se a votação ponto a ponto.

### **Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

#### **Transcrição:**

*"Senhor Presidente, então vou apresentar tudo junto, não é? (**Presidente em exercício - Sim, mas sucintamente**) Muito bem, vamos cá ver.*

*12.1, regulamento de atribuição de apoio às freguesias, neste caso da Maceira, consiste numa reafecção de verba para investir no cemitério número 2 da Maceira.*

*12.2, atribuição de apoio, união de freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, tem a ver com a beneficiação da sede da junta de freguesia.*

*12.3, também Santa Eufémia e Boa Vista, tem a ver com apoio financeiro para apetrechamento de espaços urbanos de modo a criar áreas de estar e lazer.*

*12.4, freguesia do Coimbrão, aqui neste caso já não é um apoio é uma delegação de competências no que diz respeito ao programa "Viver Freguesias", programa que tenta ou pretende melhorar as zonas urbanas das freguesias e neste caso é uma alteração relativamente ao ano de 2023 e a aprovação para 24.*

*Na Bajouca, 12.5, é uma adenda ao contrato interadministrativo que visa prolongar as obras a realizar no ano de 2024.*

*Freguesia da Maceira, 12.6, também é uma adenda ao contrato interadministrativo e que consiste nova obra em aditamento às obras de 2024, neste caso é a requalificação da unidade de saúde Fonte do Rei, de Maceira porque o edifício do centro de saúde e do município, portanto, estamos (**gravação impercetível**) Não, não disseram nada.*

*Contrato interadministrativo de delegação de competências, 12.7, na freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, portanto, é uma adenda, é também com o objetivo de executar obras no ano de 2024.*

*O 12.8 é referente à freguesia de Parceiros e Azoia, é também para na adenda 8 permitir realizar obras anteriormente previstas no ano de 2024, nomeadamente pavimentações e termina as deliberações com as juntas de freguesia. Muito obrigado."*

**Ponto 12.1 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual Financeiro para despesas de capital - Freguesia de Maceira -** Apreciação, discussão e votação;

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 12.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às**

**Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual Financeiro para despesas de capital - Freguesia de Maceira.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 12.2 - Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Financeiro Pontual para as sedes - União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista** - Apreciação, discussão e votação;

O **Presidente em exercício** colocou o Ponto **12.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Financeiro Pontual para as sedes - União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 12.3 - Regulamento de Atribuição de Apoio às freguesias e Uniões das freguesias do Concelho de Leiria- Atribuição de Apoio Financeiro Pontual para obras - União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista** - Apreciação, discussão e votação;

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 12.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento de Atribuição de Apoio às freguesias e Uniões das freguesias do Concelho de Leiria- Atribuição de Apoio Financeiro Pontual para obras - União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 12.4 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Junta de Freguesia de Coimbrão no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Adenda nº1 - Apreciação, discussão e votação;**

O **Presidente em exercício** colocou o Ponto **12.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (30-PS, 12-PSD, 1-BE, 1-IL, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente e **1 voto contra** (PCP), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria**

**e a Junta de Freguesia de Coimbrão no âmbito do programa “Viver Freguesias”  
- Adenda nº1.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 12.5 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bajouca no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº7** - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 12.5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (30-PS, 12-PSD, 1-BE, 1-IL, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente e **1 voto contra** (PCP), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bajouca no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº7**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 12.6 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº11** - Apreciação, discussão e votação;

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 12.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (30-PS, 12-PSD, 1-BE, 1-IL, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente e **1 voto contra** (PCP), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº11**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 12.7 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº14** - Apreciação, discussão e votação;

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 12.7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (30-PS, 12-PSD, 1-BE, 1-IL, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente) e **1 voto contra** (PCP), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria**

e a Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº14.

\*\*\*\*\*

**Ponto 12.8 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Parceiros e Azoia no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº8** - Apreciação, discussão e votação

O **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 12.8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (30-PS, 12-PSD, 1-BE, 1-IL, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 1-Independente) e **1 voto contra** (PCP), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Parceiros e Azoia no âmbito da execução de obras diversas - Adenda nº8**.

\*\*\*\*\*

### **13 - Planos de Pormenor:**

#### **Intervenção do Presidente da Câmara Municipal**

##### **Transcrição:**

*"Portanto, o Ponto 13 decorre da intervenção que tive ainda há pouco relativamente ao plano de inundações, nós temos que refletir nas ferramentas de planeamento os referidos mapas de, de risco de inundação e, portanto, estamos a propor colocar nestas ferramentas de planeamento, ou seja, no 13.1, que é o Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte, colocar essa atualização, no Plano de Pormenor de Santo Agostinho também colocar essa atualização, no Plano de Pormenor de São Romão e Olhalvas também colocar os respetivos mapas e também na ferramenta de maior dimensão e mais importante colocar também no Plano Diretor Municipal os referidos planos e mapas de gestão de riscos de inundação e, portanto, embora não careça de votação temos que dar conhecimento dessa introdução nestes planos que são os mais importantes. **(Presidente em exercício - são adaptações por força da lei, não é?). Exato, deve ser."***

**13.1 - Alteração por adaptação ao Plano de Pormenor de Arrabalde da Ponte. Atualização, por força da entrada em vigor dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**13.2 - Alteração por adaptação ao Plano de Pormenor de Santo Agostinho. Atualização, por força da entrada em vigor dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** - Para conhecimento;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

\*\*\*\*\*

**13.3 - Alteração por adaptação ao Plano de Pormenor de São Romão/ Olhalvas. Atualização, por força da entrada em vigor dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** - Para conhecimento;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

\*\*\*\*\*

**13.4 - Alteração por adaptação ao Plano Diretor Municipal de Leiria- Atualização, por força da entrada em vigor dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** - Para conhecimento;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

\*\*\*\*\*

De seguida foram colocados a votação os pontos 2 a 13 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por unanimidade** a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

## **ENCERRAMENTO**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente em exercício, encerrada a sessão, eram **23h32** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

## **APROVAÇÃO DA ATA**

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 13 de fevereiro de 2025, deliberou **por unanimidade, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria  
António Lacerda Sales

A Técnica Superior  
Catarina Isabel dos Santos Clemente